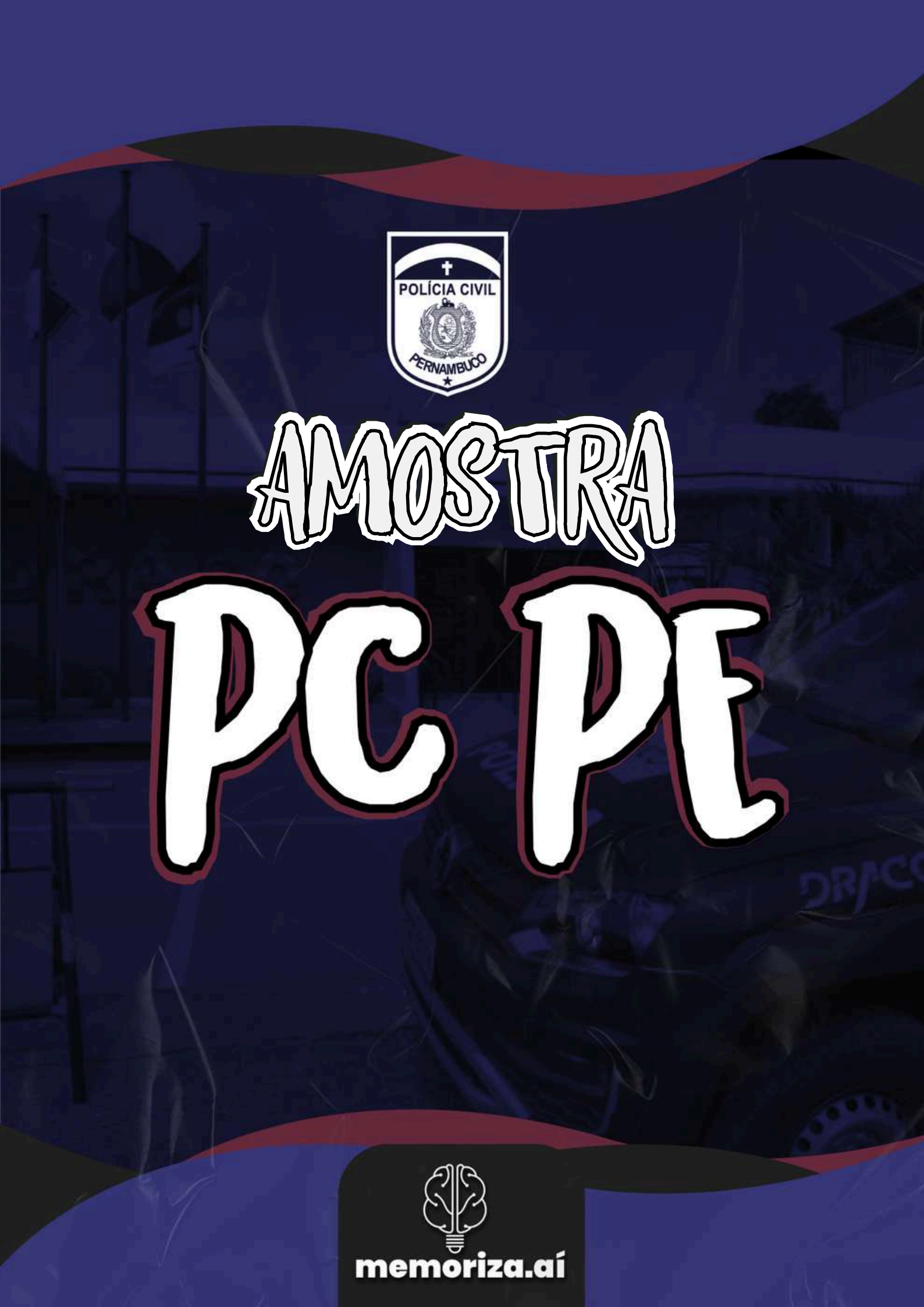


AMOSTRA

PC PE

memoriza.aí

FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA PC/PE!

Seja muito bem - vindo!

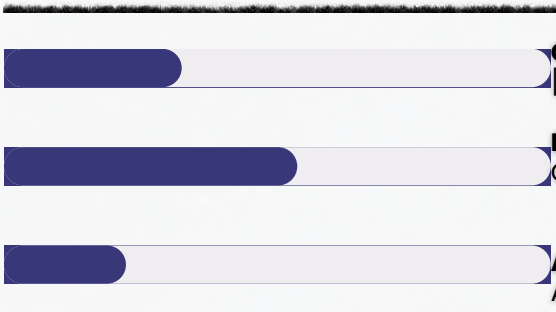
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



GRAMÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO - 32,50% [LÍNGUA PORTUGUESA]

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 53,63% [DIREITO CONSTITUCIONAL]

ATOS ADMINISTRATIVOS- 37,8% [DIREITO ADMINISTRATIVO]

É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

E NÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO
COMEÇAR A ESTUDAR PARA CONCURSOS PODE GERAR MUITAS DÚVIDAS, E UM BOM PLANEJAMENTO FAZ TODA A DIFERENÇA. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ COMO ESCOLHER O CONCURSO IDEAL, ESTRUTURAR SUA ROTINA DE ESTUDOS, MONTAR UM CRONOGRAMA EFICIENTE E UTILIZAR AS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM. O OBJETIVO É MOSTRAR O CAMINHO COMPLETO PARA CONSTRUIR UMA PREPARAÇÃO ORGANIZADA, CONSISTENTE E MUITO MAIS PRODUTIVA.



BÔNUS 2: CADERNO DE ERROS DA RETA FINAL
NA RETA FINAL, ACERTAR MAIS DEPENDE, PRINCIPALMENTE, DE DEIXAR DE REPETIR OS MESMOS ERROS. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ A MONTAR UM CADERNO DE ERROS REALMENTE EFICIENTE, REGISTRANDO SUAS DIFICULDADES, IDENTIFICANDO PADRÕES E REVISANDO EXATAMENTE OS PONTOS QUE MAIS PRECISAM DE ATENÇÃO. ASSIM, CADA ERRO DEIXA DE SER UM OBSTÁCULO E PASSA A ACELERAR SUA EVOLUÇÃO ATÉ O DIA DA PROVA.



BÔNUS: MANUAL DA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES
RESOLVER CENTENAS DE QUESTÕES NÃO GARANTE EVOLUÇÃO QUANDO ISSO É FEITO SEM MÉTODO. NESTE MANUAL, VOCÊ APRENDERÁ UMA FORMA ESTRATÉGICA DE ANALISAR ENUNCIADOS, ELIMINAR ALTERNATIVAS, IDENTIFICAR PEGADINHAS E REVISAR SEUS ERROS DE MANEIRA INTELIGENTE. COM ESSE PROCESSO, CADA QUESTÃO RESOLVIDA PASSA A GERAR APRENDIZADO REAL E AUMENTA SUA EFICIÊNCIA DURANTE TODA A PREPARAÇÃO.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS
ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

clique aqui para saber mais!

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Ana Luiza 

Oiii! Boa tarde!

Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSERH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

contato@memorizaai.com.br

ou

clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

CARGO 2: DELEGADO DE POLÍCIA

- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Legislação Penal e Processual Penal Extravagante
- Legislação Estadual
- Medicina Legal
- Criminologia
- Direito Civil e Empresarial
- Direitos Humanos
- Direito Tributário
- Direito Ambiental

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

CARGO 3: ESCRIVÃO DE POLÍCIA

- Legislação Estadual
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Direito Administrativo
- Noções de Direito Penal
- Noções de Direito Processual Penal
- Língua Portuguesa
- Informática
- Raciocínio Lógico
- Contabilidade Geral
- Estatística

CARGO 1: AGENTE DE POLÍCIA

- Legislação Estadual
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Direito Administrativo
- Noções de Direito Penal
- Noções de Direito Processual Penal
- Língua Portuguesa
- Informática
- Raciocínio Lógico
- Noções de Arquivologia
- Estatística

VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA PONTUAÇÃO NESSA RETA FINAL!

clique aqui para conhecer o material completo

DELEGADO

memorizai

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI N. 6.123/1968 – ESTATUTO DOS SERVIDORES I

CAMPO DE ATUAÇÃO DO ESTATUTO PERNAMBUCANO



O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco é **definido pela Lei 6.123/1968.**



SÃO REGIDOS PELO ESTATUTO:

- Servidores Públicos da Administração Direta;
- Servidores dos Tribunais de Contas de Pernambuco.
- Servidores das entidades públicas de Direito Público do Estado de Pernambuco.

NÃO SÃO REGIDOS PELO ESTATUTO:



- Empregados Públicos dos diversos órgãos e entidades do Estado (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista).
- Empregados das entidades paraestatais (não compõem a Administração Pública).
- Servidores Militares.

O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PERNAMBUCO, CRIADO EM 1968, **TEVE** ALGUMAS **DISPOSIÇÕES REVOGADAS** APÓS A **IMPLEMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

MESMO QUE ESSAS DISPOSIÇÕES AINDA CONSTEM NO TEXTO DO ESTATUTO, **ELAS NÃO SÃO APLICADAS NA PRÁTICA**, POIS **NÃO** ESTÃO DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI N. 6.123/1968 – ESTATUTO DOS SERVIDORES XXXIV

ACUMULAÇÃO DE CARGOS



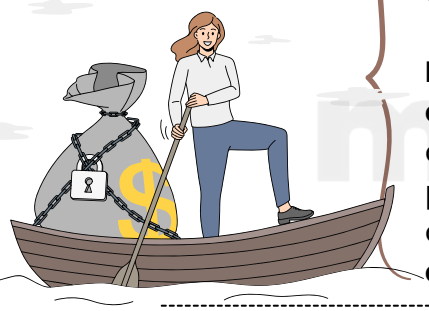
A Emenda Constitucional 138/2025 alterou uma das hipóteses de **acumulação remunerada de cargos públicos** e ampliou as **possibilidades** para quem **exerce o magistério.**

Antes da alteração constitucional, era permitido ao professor acumular:

👩‍🏫 **1 cargo de professor + 1 cargo técnico ou científico**

Com a nova redação, a **regra ficou mais ampla**:

👩‍🏫 ➕ 💼 **1 CARGO DE PROFESSOR + OUTRO CARGO DE QUALQUER NATUREZA**



Além dessa **nova hipótese, permanecem válidas as demais possibilidades** de **acumulação** previstas constitucionalmente:

Dois cargos de professor: Um servidor pode acumular dois cargos de professor, desde que exista **compatibilidade de horários.**

Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas: Profissionais da área da saúde, como médicos, enfermeiros e outros profissionais regulamentados, podem **acumular dois cargos ou empregos públicos**, desde que ambos sejam **privativos da área da saúde e exista compatibilidade de horários.**

LEI ESTADUAL DE PERNAMBUCO - LEI 6.123/1968:

A Lei Estadual de Pernambuco, Lei 6.123/1968, reflete as disposições constitucionais e apresenta as situações em que a **acumulação de cargos será possível (Art. 190).**

- É **vedada a acumulação de proventos decorrentes da aposentadoria com a remuneração de outro cargo da ativa**, exceto quando os dois cargos forem passíveis de acumulação na atividade.
- **Exceção**: A proibição de acumular proventos **não se aplica aos aposentados quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.**
- Comprovada a acumulação ilegal de cargos, **a autoridade deverá verificar se o agente agiu com boa-fé.**
- **Boa-fé**: O servidor pode **optar pelo exercício de um dos cargos** em regime de acumulação.
- **Má-fé:** O agente estadual **perderá ambos os cargos.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI COMPLEMENTAR 317/2015 I



POLÍCIA CIVIL



A Polícia Civil, dirigida por delegados de polícia de carreira, tem como **competência as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.**

A interpretação do ordenamento jurídico pelo Delegado de Polícia deve ser **isenta, imparcial e fundamentada.**

DIREÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL:



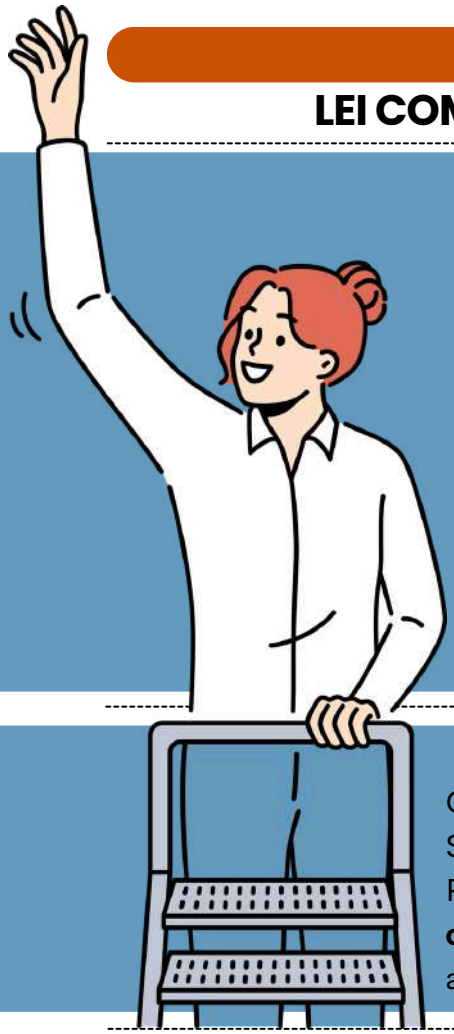
- A Polícia Civil é dirigida por **Delegado de Polícia, ocupante do último nível da carreira.**
- O cargo de Delegado de Polícia **é privativo de bacharel em Direito** e integra as carreiras jurídicas típicas de Estado.
- A organização e estrutura da Polícia Civil **são regulamentadas por lei complementar.**
- A Polícia Civil é responsável pela apuração de infrações penais no âmbito dos Estados, **ressalvada a competência da União.**
- **Infrações militares não são objeto de apuração pela Polícia Civil**, exceto quando relacionadas ao exercício da atividade militar.
- A **repressão da criminalidade** é uma atribuição da Polícia Civil.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 137/2008 IV



ESTRUTURA DOS CARGOS, DA CARREIRA E DOS VENCIMENTOS

O artigo 6° estabelece que a Polícia Civil, vinculada à Secretaria de Defesa Social, instituiu o Grupo Ocupacional Policial Civil. Esse grupo é **composto por uma série de cargos públicos efetivos de natureza policial civil,** listados abaixo:

- Delegado de Polícia, símbolo de nível **"QAP"**
- Perito Criminal, símbolo de nível **"QTP"**
- Médico Legista, símbolo de nível **"QTP"**
- Agente de Polícia, símbolo de nível **"QPC"**
- Escrivão de Polícia, símbolo de nível **"QPC"**
- Agente de Perícia Criminal, símbolo de nível **"QPC"**
- Agente de Medicina Legal, símbolo de nível **"QPC"**
- Dactiloscopista Policial, símbolo de nível **"QPC"**
- Operador de Telecomunicação, símbolo de nível **"QPC"**

Cada classe dos cargos do Grupo Ocupacional é **identificada hierarquicamente, começando pela primeira classe**, menos elevada, **até a quarta classe**, a mais elevada, que também é identificada pela expressão "Especial".

Cada **matriz de cargos é igualmente identificada hierarquicamente**, correspondendo a **critérios de habilitação, titulação ou qualificação profissional, graus de competência e diferentes responsabilidades.**

REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR:



A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR É **DETERMINADA COM BASE NA CLASSE EM QUE O SERVIDOR SE ENCONTRA.** A FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS OBSERVARÁ A **NATUREZA, A PRERROGATIVA DE CARREIRA EXCLUSIVA DE ESTADO, O GRAU DE RESPONSABILIDADE FUNCIONAL E A COMPLEXIDADE TÉCNICA DA ATIVIDADE E DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS** INTEGRANTES DA CARREIRA, OS **REQUISITOS PARA A INVESTIDURA E AS PECULIARIDADES DOS CARGOS.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - PARTE V

> LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

Previsão constitucional: Art. 5°, LXXI, CF.

MANDADO DE INJUNÇÃO

O que, afinal é injunção?

O mandado de injunção **é uma ordem para criar uma lei** que aplique os direitos contidos na Constituição. Esse remédio constitucional **pretende suprir a falta de uma lei** que garanta o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das garantias relativas à nacionalidade.

Isso se deve ao fato de que, quando uma lei infraconstitucional (lei de menor força que a Constituição) não é editada ou complementada, o exercício desses direitos pode ser limitado ou mesmo impedido na pratica.

exemplo prático de como **funciona o mandando de injução**

A Constituição Federal, por exemplo, **assegura o direito à educação**. No entanto, este direito **é concretizado e posto em prática através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Logo, é por meio da LDB que o direito à educação prometido em nossa Constituição é cumprido.



Se a LDB **não existisse e o direito à educação não fosse implementado**, seria possível **solicitar um mandado de injunção** para que, por meio de uma notificação do Poder Judiciário, o Poder Legislativo pudesse deixar de se omitir e **criar uma lei que cumprisse a promessa constitucional.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE IV

ALÍNEA "B"

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Previsão constitucional: Art. 12°, I, CF.

Vamos entender isso?

Na alínea "b" da Constituição, é estipulado que **indivíduos nascidos fora do Brasil podem ser considerados brasileiros natos** se tiverem um pai ou mãe brasileiros, desde que pelo menos um deles esteja trabalhando para a República Federativa do Brasil.

É importante destacar que o legislador constituinte optou por usar o princípio do **"jus sanguinis"** aqui, a **obtenção da nacionalidade** segundo essa regra demanda o **cumprimento simultâneo de dois critérios:**



Ser **descendente** de um **pai brasileiro** ou uma **mãe brasileira**, ou de ambos.



Pelo menos **um dos pais**, ou ambos, **devem estar prestando serviços para o Brasil** no exterior.

curiosidade!

"jus sanguinis"



jus sanguinis deriva do latim e significa "direito de sangue". Garante ao indivíduo o direito à cidadania de um país por meio de sua ascendência.

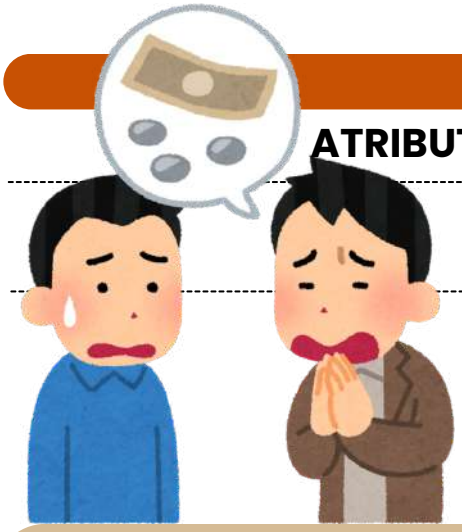
"jus solis"



jus solis: deriva do latim e significa "direito de solo". Garante ao indivíduo o direito à nacionalidade do lugar onde nasceu.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA



ATENÇÃO! Esses atributos são apontados pela doutrina!

Os **atributos do poder de polícia** são características essenciais que definem a **natureza** e o **escopo** desse poder administrativo. Existem **três atributos principais** do poder de polícia, que são:

1 Discricionariedade

O poder de polícia é exercido com certa margem de **discricionariedade** por parte da administração pública. Isso significa que as **autoridades têm a capacidade de tomar decisões e adotar medidas de acordo com a situação específica**, desde que se mantenham dentro dos **limites legais** e dos **princípios** que regem a ação administrativa.

2 Coercibilidade

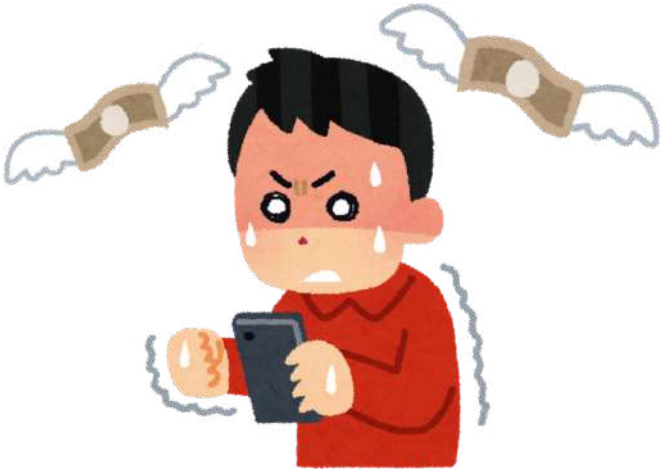
O poder de polícia permite que a **administração use medidas coercitivas** para fazer **cumprir as regulamentações e restrições estabelecidas.** Isso pode envolver a aplicação de sanções, multas, embargos ou outras ações coercitivas para garantir a conformidade com as regras e proteger o interesse público.

3 Autoexecutoriedade

A característica de **autoexecutoriedade** implica que, em geral, **não é preciso submeter previamente os atos administrativos ao Poder Judiciário** antes de executá-los. Em outras palavras, graças a essa **autoexecutoriedade,** a administração pública tem a capacidade de aplicar diretamente às pessoas o conteúdo de seus atos administrativos, sem requerer autorização judicial prévia.



Esses atributos garantem que o **poder de polícia seja uma ferramenta eficaz para o governo regular** e **controlar** as **atividades individuais de maneira apropriada**, com base em critérios legais e com o propósito de alcançar o interesse coletivo e a harmonia social.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.



Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

EMPRESÁRIO E EMPRESA

EMPRESÁRIO: O QUE É E QUEM PODE EXERCER A ATIVIDADE EMPRESARIAL?

O empresário pode ser uma **pessoa natural (física)** ou **pessoa jurídica (uma empresa)** que exerce **atividade econômica** organizada. Ele atua profissionalmente para produzir ou circular bens e/ou serviços, com o objetivo de obter lucro.

Diferença entre Empresário Individual e Outros Tipos de Empresas

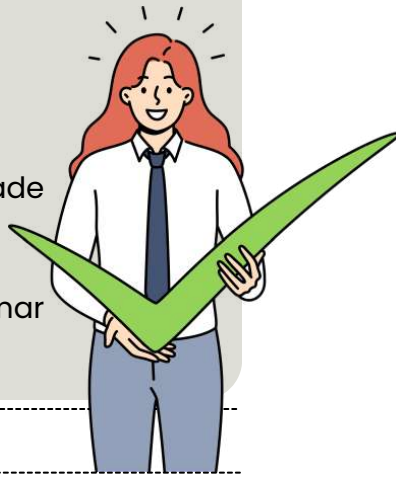
✅ **Sociedade Limitada Unipessoal (SLU):** Hoje é a melhor opção para quem quer empreender sozinho com **proteção patrimonial.**

- **Substituiu a EIRELI**
- Apenas **1 sócio** e **responsabilidade limitada**
- ❌ **Sem exigência de capital mínimo**

✅**Empresário Individual:** É uma pessoa natural que exerce a atividade empresarial em seu nome. ❗ **Responsabilidade ILIMITADA**

- **Ou seja:** responde com seu **patrimônio pessoal**

✅ **Sociedades:** Quando **duas ou mais pessoas** se unem para formar uma empresa, cada uma tem sua **parte no capital social.**

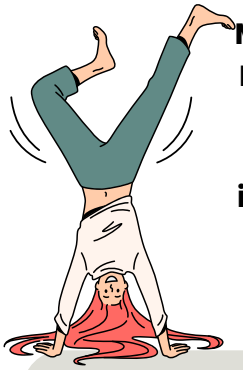


INSCRIÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS 📜

É **obrigatório** que o **empresário se inscreva no Registro Público de Empresas Mercantis** antes de iniciar as suas atividades. Isso garante que ele tenha legalidade para atuar e possa formalizar seus contratos e negócios. ✍️

Quem Está Impedido de Exercício de Empresa? 🚫

Existem situações legais em que uma pessoa **não pode exercer a atividade empresarial**. Vamos conferir quem são esses impedidos e os motivos:



MENORES DE 16 ANOS 🧒

Pessoas menores de 16 anos são **absolutamente incapazes** de exercer a atividade empresarial. Caso tentem, os seus atos serão nulos. ⚠️

INCAPAZES (MENORES DE 18 ANOS E OUTROS)

- Menores de **18 anos** (mas maiores de 16)
- **Ébrios** habituais 🍺
- **Viciados** em substâncias tóxicas 💊
- Pessoas com **doenças mentais transitórias** ou **permanentes** 🧠
- **Pródigos** (aqueles que gastam excessivamente) 💸

Essas pessoas são **relativamente incapazes**, ou seja, precisam de assistência para validar seus atos empresariais. Caso atuem sem essa assistência, seus atos serão anuláveis. ⚖️

Se a incapacidade surgir **depois do início da atividade empresarial** (por exemplo, se o empresário adoecer mentalmente), ele **não poderá mais exercer a atividade** sem o devido **apoio**. Caso contrário, seus **atos serão anuláveis**. 🛑

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

TIPOS SOCIETÁRIOS

SOCIEDADE LIMITADA (LTDA.)



🌍 O que é?

É o **tipo societário mais comum no Brasil**! Nela, a responsabilidade de cada sócio é **limitada** ao **valor de suas quotas**, o que protege o patrimônio pessoal dos sócios.

📖 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS:



✔️ Possibilidade de **apenas um sócio**, conforme a Lei da Liberdade Econômica.



✔️ Cada **sócio** responde pelo **capital social** somente até o **limite de suas quotas**



✔️ Caso haja **má gestão ou irregularidades**, os sócios podem **responder solidariamente**.



✔️ Constitui-se por **contrato social** (público ou particular), com **requisitos legais obrigatórios.**

💡 ATENÇÃO! CASO UM SÓCIO SAIA, A SOCIEDADE PODE CONTINUAR FUNCIONANDO COM **APENAS UM SÓCIO POR 180 DIAS**. APÓS ESSE PRAZO, PRECISA SER **DISSOLVIDA** OU **TRANSFORMADA**.

Decisões importantes são tomadas em **assembleias**, e os quóruns de votação são definidos pela lei e pelo contrato social.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DOMICÍLIO II



- **Domicílio Voluntário:** É aquele **escolhido pela pessoa natural** como sua **residência**, conforme o artigo 74 do Código Civil.

A MUDANÇA DESSE DOMICÍLIO É PERMITIDA E PODE OCORRER MEDIANTE **MANIFESTAÇÃO** DE **VONTADE**.



- **Domicílio Necessário:** Também conhecido como **domicílio legal ou compulsório**, é estabelecido por lei em razão de determinadas circunstâncias da pessoa. Alguns exemplos são:



PARA **INCAPAZES**, O DOMICÍLIO SERÁ O DO **REPRESENTANTE** OU **ASSISTENTE LEGAL**.



PARA **PRESOS**, É O **LUGAR** ONDE **CUMPREM** SUA **CONDENAÇÃO** DEFINITIVA.



PARA **TRIPULANTES** DE **NAVIOS**, É O **LOCAL** ONDE O **NAVIO** ESTÁ **MATRICULADO** OU **ANCORADO**.



PARA **SERVIDORES PÚBLICOS**, É O LOCAL ONDE **EXERCEM SUAS ATIVIDADES**.



PARA **MILITARES**, É O **LOCAL** ONDE **SERVEM**.

- **Domicílio Aparente:** Estabelecido pelo artigo 73 do Código Civil, é **atribuído** à **pessoa que não possui residência habitual**.

NESSE CASO, CONSIDERA-SE **DOMICÍLIO** O **LUGAR ONDE A PESSOA FOR ENCONTRADA**.

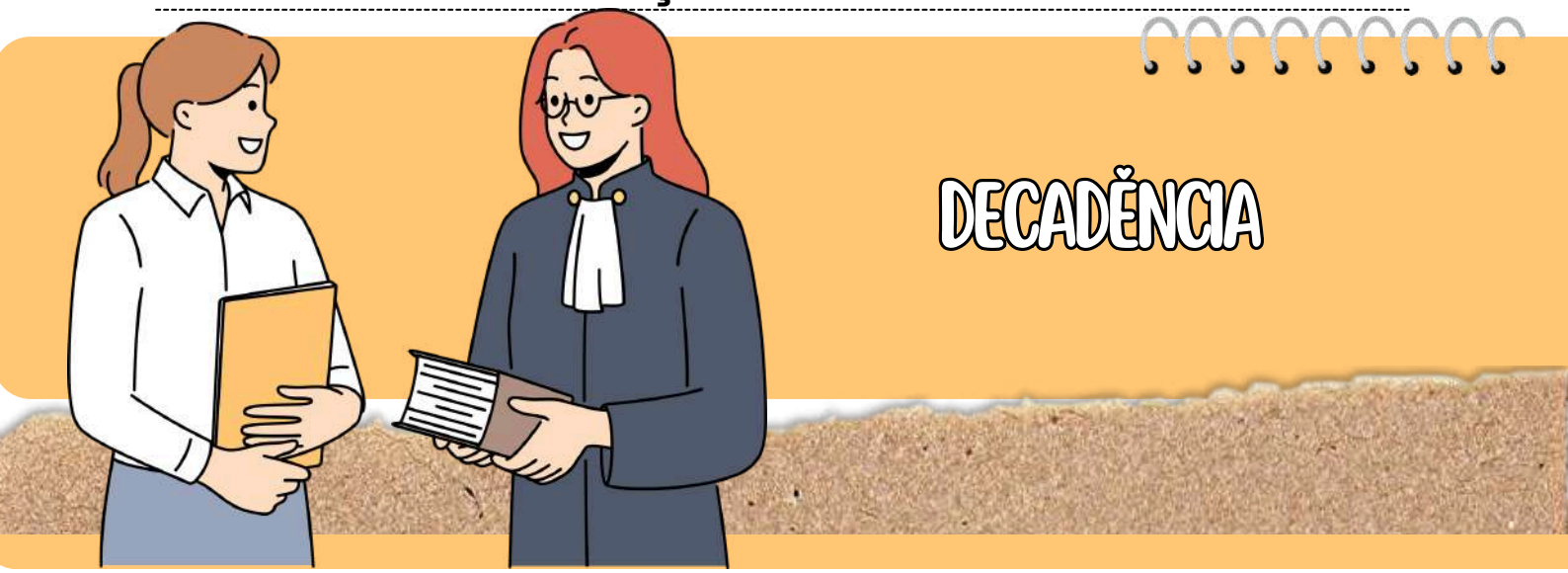


clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA III



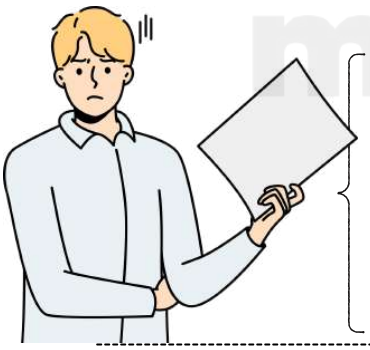
A decadência implica na **perda definitiva do próprio direito**, afetando sua essência, especialmente quando relacionado a direitos **potestativos**.

AO CONTRÁRIO DA PRESCRIÇÃO, A **DECADÊNCIA** PODE SER **ACORDADA** PELAS **PARTES ENVOLVIDAS** E PODE SER **ALEGADA** EM **QUALQUER MOMENTO.**

No entanto, seu reconhecimento em um Tribunal Superior requer que a questão tenha sido previamente discutida em instâncias inferiores, mesmo que sobre assuntos diversos.

O Código Civil traz disposições **específicas** sobre a **decadência**:

SALVO DISPOSIÇÃO LEGAL EM CONTRÁRIO, **NÃO SE APLICAM À DECADÊNCIA** AS NORMAS QUE **IMPEDEM**, **SUSPENDEM** OU **INTERROMPEM** A **PRESCRIÇÃO**.



- O artigo 209 declara **nula** qualquer **renúncia** à **decadência** estabelecida em lei.
- O artigo 210 estabelece que o juiz deve reconhecer a decadência, de **ofício**, quando estabelecida por lei.
- O artigo 211 estabelece que se a decadência for convencional, a parte beneficiada pode **alegá-la em qualquer instância judicial**, mas o juiz não pode suprir essa alegação.

PRAZOS DECADENCIAIS

ESPALHADOS PELO CC – FORA DOS ARTS. 205 E 206, CC



- **PRAZO PARA ANULAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO** → **2 ANOS**
- **VÍCIO DE CONSENTIMENTO E FRAUDE CONTRA CREDORES** → **4 ANOS**
- **VICIOS REDIBITÓRIO** → **COISA MÓVEL 30 DIAS**; **COISA IMÓVEL 1 ANO**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL I



APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL E SUAS MUDANÇAS

Ao contrário da lei penal no tempo, **a lei processual deve ser aplicada imediatamente e com efeito imediato**, conforme estabelece o artigo 2° do CPP.

É importante ressaltar que **os atos praticados durante a vigência da lei processual penal anterior permanecerão válidos** mesmo após a **entrada em vigor da nova lei processual.**

É importante lembrar que, como **as normas penais processuais não criam crimes e penas**, **não há necessidade de esperar o prazo de vacância**, já que, em geral, as mudanças processuais não afetam o direito material. Fique atento!

NORMA MISTA

Sempre que a lei tratar de questões de **direito material e processual, como na Lei Anticrime**, a **norma mais favorável ao acusado deve prevalecer.**

Lei Penal – material	Lei Processual Penal	Lei Mista – material e processual
Retroage em benefício do acusado	Aplica-se desde logo	Pode retroagir de forma benéfica
	Não invalida os atos já praticados	É uma exceção no CPP



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

INQUÉRITO POLICIAL V



PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

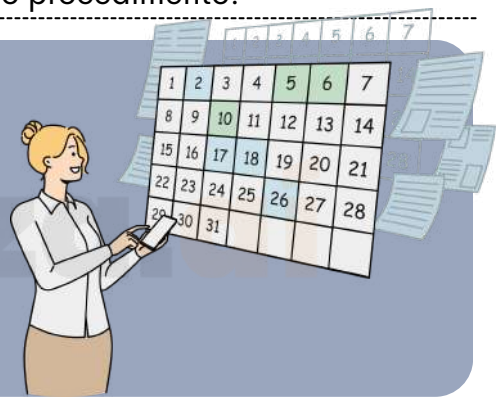
ENTENDENDO O PRAZO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

Os prazos estipulados na lei para conclusão do inquérito policial variam dependendo de diferentes fatores, como se o indiciado está solto ou preso, e a esfera ou o delito cometido. No entanto, é importante ressaltar que, **a partir do momento em que o inquérito policial é iniciado, a autoridade responsável tem a obrigação de finalizá-lo em conformidade com as leis** que regem o procedimento.

REGRA GERAL (PREVISTA NO CPP)

Originalmente, o prazo do IP, com investigado **preso**, é **10 dias** (art. 10, caput, do CPP).
Com o juiz das garantias (art. 3-B, §2º, CPP):

- Pode prorrogar por **15 dias**, uma **única vez**, mediante **representação da autoridade policial** e ouvido o **MP**.



Mas o **STF** por meio da **(ADI 6.581)** declarou **inconstitucional** essa limitação de apenas **uma prorrogação**, ou seja, o prazo pode ser **prorrogado** sucessivamente, desde que haja **motivação** e **controle judicial**.





LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Hipóteses	Preso	Solto
Regra Geral -CPP	**10 dias**	**30 dias**
Justiça federal	15 + 15 dias	30 dias
Crimes contra a economia popular	10 dias	10 dias
Lei de drogas	30 + 30 dias	90 + 90 dias
Inquérito militar	20 dias	40 + 20 dias

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I

LEI PENAL NO TEMPO



ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.**

Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: a lei penal **não retroagirá, exceto** para favorecer o réu.



TEMPO DO CRIME

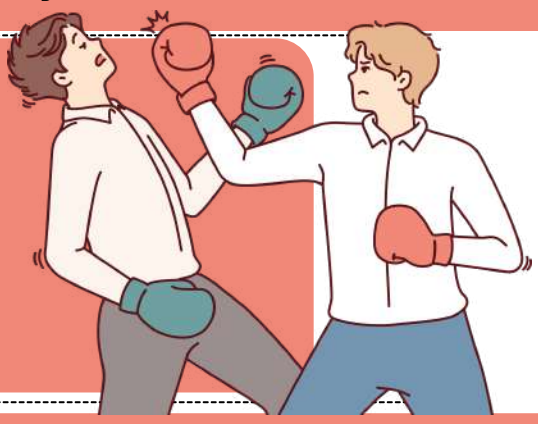
APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão**.
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o **crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.**

L U T A

MNEMÔNICO

LUGAR = **U**BIQUIDADE
TEMPO = **A**TIVIDADE



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

TEORIA GERAL DO DELITO XI

TIPO PENAL DOLOSO



ENTENDENDO O DOLO NO DIREITO PENAL

O dolo é um **elemento subjetivo do tipo**, ou seja, **a intenção de realizar o crime**. Existem duas formas de dolo:

dolo direito X dolo indireto



DOLO DIRETO:

- **Dolo Direto** - quando o agente **deseja cometer a conduta e produzir o resultado**, como por exemplo, um criminoso assalta um indivíduo à mão armada. Sua intenção era realmente levar os pertences da vítima, e suas ações são realizadas para isso.

DOLO INDIRETO OU EVENTUAL:

- **Dolo Eventual / dolo indireto** - onde o **agente não tem a intenção de produzir o resultado, mas assume o risco de causá-lo.** Por exemplo, ao dirigir embriagado o motorista prevê a possibilidade de atropelar alguém, e mesmo sem querer que isto ocorresse, assume o risco.





clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI Nº 11.343/2006 (LEI DE DROGAS)

LEI DE DROGAS – ARTS. 33, 34 E 40



➡️ **Induzir**: fazer nascer a ideia.
➡️ **Instigar**: reforçar uma ideia já existente.
➡️ **Auxiliar**: prestar ajuda material ao uso indevido.

⚠️ Se o agente também **vende** ou **fornece** a droga, poderá responder por **tráfico**, conforme o caso.



Oferecer droga:
✅ **Eventualmente.**
✅ **Sem objetivo de lucro.**
✅ **A pessoa de seu relacionamento.**
✅ **Para juntos consumirem.**

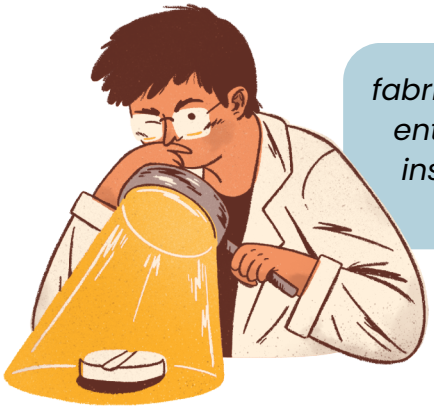
- Os requisitos devem estar **presentes conjuntamente**.

TRÁFICO PRIVILEGIADO
➡️ É causa de **diminuição** da **pena** aplicável aos delitos do art. 33, caput e § 1º.
Requisitos cumulativos:
1️⃣ **Primariedade.**
2️⃣ **Bons antecedentes.**
3️⃣ **Não se dedicar a atividades criminosas.**
4️⃣ **Não integrar organização criminosa.**
✅ **Redução**: 1/6 a 2/3.

Atenção

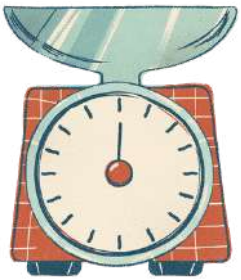
⚠️ **O TRÁFICO PRIVILEGIADO NÃO É HEDIONDO.**

MAQUINÁRIO PARA PRODUÇÃO DE DROGAS – ART. 34



fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar, possuir, guardar ou fornecer maquinário, aparelho, instrumento ou objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas.

⚠️ ***Balança de precisão, por si só, não caracteriza automaticamente o art. 34.***



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869/2019



SUJEITOS DO CRIME

quem pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade?

Qualquer **agente público**, abrangendo uma ampla gama de pessoas que exerçam **atividades vinculadas ao poder público**, como:

1. Servidores **públicos** e **militares**, ou pessoas equiparadas a eles.
2. Membros dos Poderes **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário**.
3. Membros do **Ministério Público**.
4. Membros de **tribunais** ou **conselhos** de **contas**.

Crimes de mão própria: Isso significa que **apenas pessoas que possuem vínculo com o poder público** (agentes estatais) podem **praticar o crime de abuso de autoridade**, excluindo particulares que não têm qualquer relação com a administração pública.



A lei adota uma **definição ampla de agente público**, que inclui aqueles que exercem **função pública** ainda que **temporariamente**, **sem remuneração** ou **em caráter excepcional**, por meio de eleição, nomeação, contratação, ou qualquer forma de investidura.

CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE PRATICADOS POR **MILITARES** SERÃO JULGADOS PELA **JUSTIÇA MILITAR**, QUE É COMPETENTE PARA QUESTÕES ENVOLVENDO ESSES AGENTES.

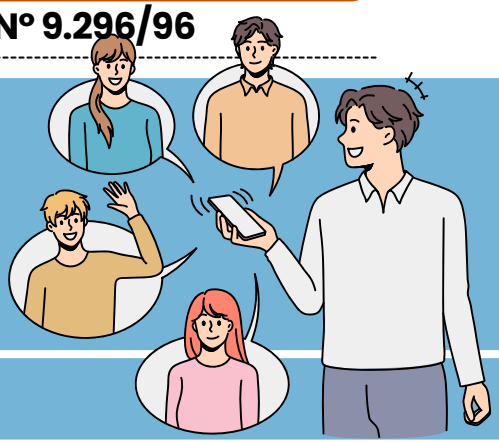


clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/96

PROCEDIMENTOS E REQUISITOS



A decisão do juiz precisa ser **bem fundamentada**, ou seja, ele deve explicar claramente o motivo para autorizar a interceptação.

- A **diligência** (escuta das ligações) **não pode durar mais de 15 dias**, podendo ser **renovada uma vez** caso o juiz provoque a necessidade de mais tempo.

como isso funciona?

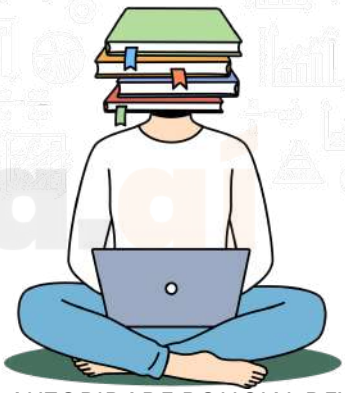
Após a **autorização**, a **autoridade policial** será responsável por **conduzir o processo de interceptação**.



O **MINISTÉRIO PÚBLICO** PODE **ACOMPANHAR** A **EXECUÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO**.



SE A INTERCEPTAÇÃO PERMITIR A **GRAVAÇÃO**, ELA DEVERÁ SER **TRANSCRITA**.



A AUTORIDADE POLICIAL DEVE ENVIAR UM **RELATÓRIO** AO **JUIZ**, COM O RESUMO DAS OPERAÇÕES REALIZADAS.

A autoridade policial pode pedir **ajuda** para as **empresas de telefonia** e **provedores** de **internet** para realizar a interceptação. Isso é necessário porque a interceptação exige tecnologia especializada.

Toda a interceptação **será registrada em autos apartados** (separados) do inquérito policial ou do processo criminal. Isso garante o sigilo das informações.

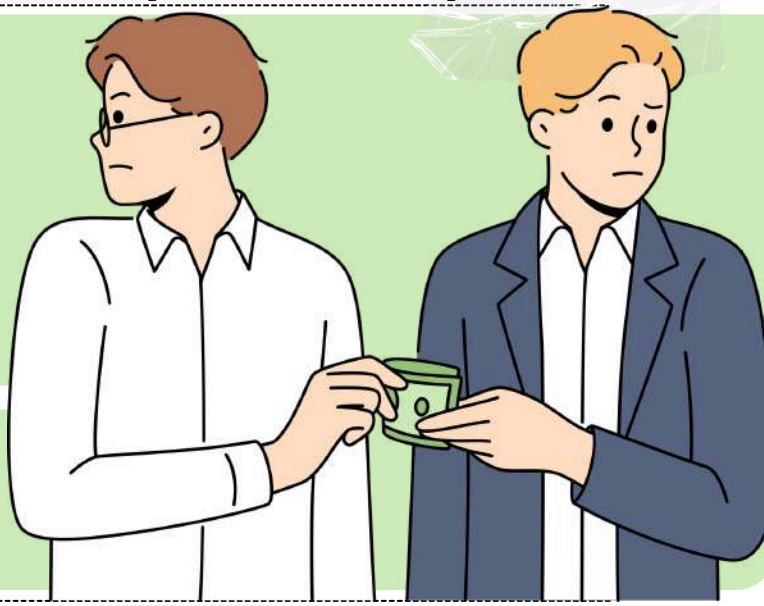
- **Apensação:** O processo de interceptação só será **juntado aos autos principais** no final da investigação ou ao término do processo, mantendo a confidencialidade de todo o processo de escuta.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

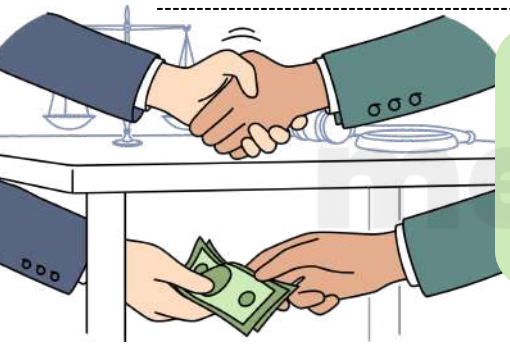
CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI Nº 9.613/98) I

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO



A lavagem de dinheiro envolve a ação de **conferir uma aparência de legalidade a bens, direitos ou valores originados de uma infração penal**.

O agente, por meio dessa prática, **esconde ou disfarça a natureza**, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade desses bens, direitos ou valores provenientes de atividades criminosas.



O termo "lavagem de dinheiro" surgiu do direito norte-americano (money laundering) por volta de 1920, referindo-se aos **mafiosos que usavam lavanderias como fachada para legalizar o dinheiro obtido de atividades ilícitas**.

- Em outros países como Portugal e Espanha, é comum o uso da expressão "branqueamento de capitais".

Etapas da lavagem de dinheiro:



Fase da colocação (placement):
Introdução do dinheiro ilegal no sistema financeiro, incluindo técnicas como smurfing, que envolve múltiplos depósitos fracionados para ocultar grandes somas.

Fase da dissimulação/mascaramento (layering):
Realização de negócios ou movimentações financeiras complexas para dificultar o rastreamento dos valores ilícitos.

Fase da Integração (integration):
Incorporação dos bens ao sistema econômico.

Atenção

NÃO É NECESSÁRIO **COMPLETAR TODAS AS FASES** PARA QUE O **CRIME** DE LAVAGEM DE DINHEIRO SEJA **CONFIGURADO**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI Nº 9.605/1998 – LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS



Além dos crimes, a Lei n° 9.605/1998 também define as **infrações administrativas** que resultam em **penalidades** para **pessoas físicas** ou **jurídicas** que **descumprirem normas ambientais**.

Essas infrações são punidas com **multa**, **embargo de atividade**, **suspensão de licença** e **outras sanções**, e podem ser aplicadas por órgãos ambientais como o IBAMA, ICMBio, entre outros.

As **infrações administrativas** podem ser classificadas em:



LEVES: MULTA, ADVERTÊNCIA.

MÉDIAS: MULTA, SUSPENSÃO DE ATIVIDADES, EMBARGO.





GRAVES: MULTA PESADA, PERDA DA LICENÇA AMBIENTAL, INTERDIÇÃO DA ATIVIDADE.

APLICAÇÃO DAS PENAS E SANÇÕES

As penas estabelecidas pela Lei nº 9.605/1998 são aplicadas conforme a **gravidade do crime ou infração**. Os juízes, além de aplicar as penas previstas, também podem determinar medidas compensatórias e reparatórias, como a recuperação do ambiente danificado. As sanções podem variar de penas privativas de liberdade a multa e compensações ambientais.

Além disso, a **culpa** (ou **dolo**) do agente será **considerada** para a **definição da pena**:



Dolo: Quando a pessoa tem intenção de cometer o crime.



Culpa: Quando o crime é cometido por negligência ou imprudência.

As empresas também podem ser **responsabilizadas** pelos crimes ambientais cometidos em suas atividades. Nesse caso, além das penas de multa, podem ser aplicadas sanções como:

- **Interdição temporária** ou **permanente** das atividades da empresa.
- **Suspensão** das atividades por um **período determinado**.
- **Proibição** de **contratar com o poder público**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO — CLASSIFICADAS EM LEVES, MÉDIAS, GRAVES E GRAVÍSSIMAS.

INFRAÇÕES: O QUE PRECISO SABER?

✅ Infrações de trânsito são condutas que desrespeitam as normas do CTB.
📌 Elas são classificadas em **leves, médias, graves e gravíssimas,** conforme a gravidade da conduta prevista no Código de Trânsito Brasileiro.

📋 CLASSIFICAÇÃO

🟢 **LEVE**
✔️ Menor potencial ofensivo
🟡 **MÉDIA**
✔️ Gravidade intermediária
🟠 **GRAVE**
✔️ Risco significativo à segurança
🔴 **GRAVÍSSIMA**
✔️ Alto risco à vida e à segurança viária
📌 Algumas infrações gravíssimas possuem:

- multa multiplicada
- suspensão da CNH
- medidas administrativas

🎯 FINALIDADE

A classificação das infrações serve para:

- punir condutas perigosas
- promover segurança no trânsito
- educar os condutores
- prevenir acidentes

🚗 Quanto maior o risco causado, mais grave é a infração.



👉 Quanto maior o perigo causado no trânsito, mais **severa** será a punição.

ERRO COMUM

❌ "Toda infração gera apenas multa."
✅ **ERRADO!**
Além da multa, podem ocorrer:

- pontos
- retenção do veículo
- suspensão da habilitação
- outras sanções

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL

MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL



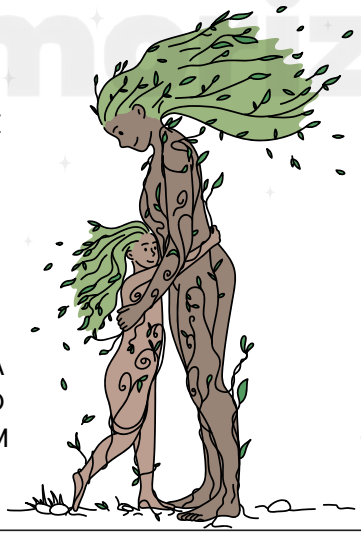
O art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece que "**todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**", essencial à qualidade de vida, atribuindo à coletividade e ao poder público o dever de preservá-lo.

O reconhecimento do meio ambiente como **direito fundamental** o coloca no mesmo **patamar** de outros direitos, como a vida, a saúde e a dignidade, sendo indispensável para o desenvolvimento sustentável.

O **Direito Ambiental** se baseia em **princípios** que orientam a sua **aplicação**:

PREVENÇÃO: VISA **EVITAR DANOS AMBIENTAIS** ANTES QUE OCORRAM. EXEMPLO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

PRECAUÇÃO: ATUA QUANDO HÁ **INCERTEZA CIENTÍFICA** SOBRE O **IMPACTO AMBIENTAL**, COMO EM NOVAS TECNOLOGIAS.



USUÁRIO-PAGADOR: QUEM UTILIZA **RECURSOS NATURAIS** DEVE CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE PARA A SUA PRESERVAÇÃO.

POLUIDOR-PAGADOR: O POLUIDOR DEVE ARCAR COM OS **CUSTOS** DE REPARAR OS DANOS CAUSADOS.

competências ambientais - arts. 23 e 24 da cf/88

A CF/88 estabelece que a **proteção ambiental** é de **competência**:

- **Comum:** União, Estados, Distrito Federal e Municípios atuam juntos para preservar o meio ambiente.
- **Concorrente:** União legisla normas gerais; Estados e Municípios detalham normas específicas.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997



PRAZOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O **licenciamento ambiental** é um processo essencial para garantir que as atividades econômicas sejam realizadas de forma **sustentável**, respeitando o meio ambiente.

Porém, como qualquer procedimento administrativo, ele está sujeito a **regras e prazos** específicos que devem ser seguidos tanto pelo empreendedor quanto pelo órgão ambiental.

Prazo de **Análise das Licenças** (Art. 14):

O órgão ambiental competente deve **analisar o pedido de licença** dentro dos seguintes prazos:



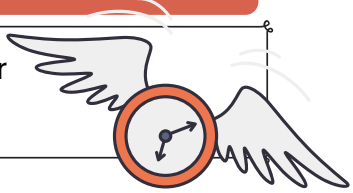
Até 6 meses: Para licenças simples, como **Licença Prévia** (LP), **Licença de Instalação** (LI) e **Licença de Operação** (LO).

Até 12 meses: Quando o empreendimento exigir estudos mais complexos, como o **EIA/RIMA** (Estudo de Impacto Ambiental), ou houver necessidade de audiência pública.

por que isso importa?

ESSES PRAZOS GARANTEM QUE O PROCESSO NÃO FIQUE INDEFINIDAMENTE PARADO.

Mas atenção! O prazo pode ser **suspenso** se o empreendedor precisar corrigir ou complementar os documentos apresentados.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI Nº 9.985/00 - SNUC

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)



O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado para **garantir a preservação do meio ambiente** e promover o **uso sustentável dos recursos naturais**.

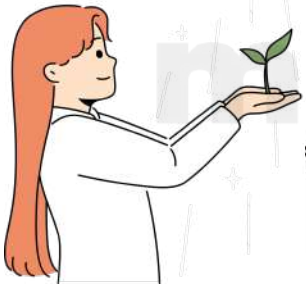
Essa legislação estabelece critérios e normas para a **criação**, **implantação** e **gestão das Unidades de Conservação (UCs)** no Brasil.

📌 **Gestão Integrada** das UCs:

- Quando há **várias UCs próximas** ou **sobrepostas**, a gestão deve ser **integrada**, valorizando a biodiversidade e promovendo o desenvolvimento sustentável da região;

📋 PLANO DE MANEJO DAS UCS

As UCs devem possuir um **Plano de Manejo**, que deve ser elaborado em até **5 anos** após sua criação e deve incluir:





✅ ÁREA DA UC, SUA ZONA DE AMORTECIMENTO E CORREDORES ECOLÓGICOS.

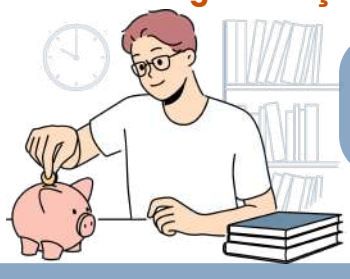


✅ **AÇÕES** PARA **INTEGRAR** A UC À VIDA **ECONÔMICA** E **SOCIAL** DAS **COMUNIDADES VIZINHAS**

✅ REGRAS SOBRE A **LIBERAÇÃO** E **CULTIVO** DE OGMS, CONSIDERANDO **RISCOS À BIODIVERSIDADE**.

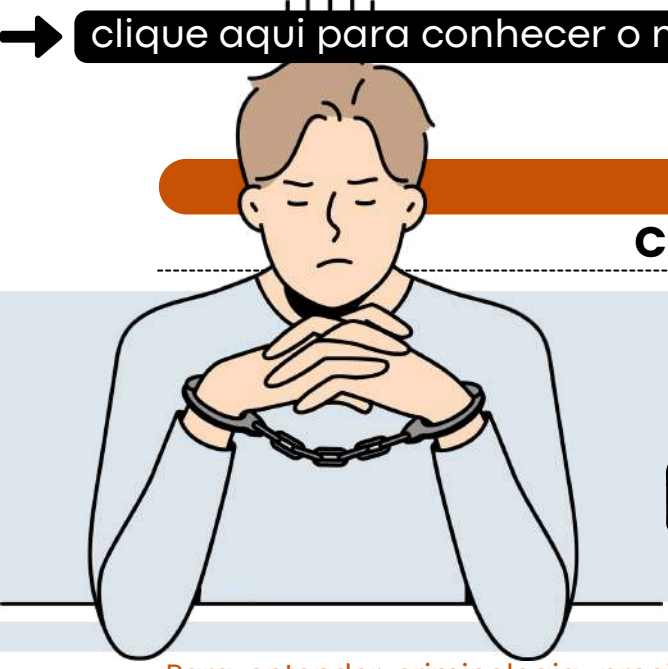
A **exploração comercial** de produtos, subprodutos ou serviços derivados dos recursos naturais das UCs exige **autorização prévia** e **pagamento**, com **exceção** das Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares.

Os **recursos** obtidos pelas **UCs** devem ser **aplicados** na **manutenção da própria unidade** e na **regularização fundiária**, sendo distribuídos da seguinte forma:



- **25% a 50%:** Manutenção da própria UC.
- **25% a 50%:** Regularização fundiária.
- **15% a 50%:** Implementação e gestão de outras UCs.

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

CRIMINOLOGIA

CONCEITO, OBJETO, MÉTODO E FINALIDADE II

Para entender criminologia, precisamos mergulhar nos seus **principais objetos de estudo**. Vamos lá?

📌 **Crime**:

É toda **conduta que prejudica a sociedade**, gerando causas e efeitos que precisamos estudar para evitar que se repita.

- Imagine uma lupa 🔍 analisando o "**quando**", "**onde**" e "**por quê**" um **crime acontece**.

Exemplo: Um aumento de furtos em um bairro pode indicar problemas econômicos ou falta de segurança pública.



📌 **Autor/Delinquente:**

Quem comete o **crime é investigado** com base em:

- Sua **personalidade** 🧠,
- Seu **histórico social** 🏠,
- E os **fatores ao seu redor** 🌍 (desagregação familiar, dificuldades econômicas).

Pense em uma **investigação** que busca **compreender** o "**caminho**" que levou o **indivíduo ao crime**.

📌 **Vítima:**

A vítima é quem **sofreu o dano** ou a **violência**. Esse estudo analisa:

- Os **impactos** no âmbito familiar, social, econômico e emocional 💔.



- **Exemplo**: Após um roubo, a vítima pode precisar de **suporte psicológico** ou **indenização**.

🔑 **Objetivo**: Criar programas de assistência e prevenção, reduzindo os danos futuros.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

SOCIOLOGIA CRIMINAL



TEORIAS DO CONSENSO III

A sociologia criminal utiliza m**odelos teóricos** para entender as **causas** e **reações ao crime**, organizando a sociedade em camadas e explorando diferentes perspectivas, como as teorias do consenso e do conflito.

CAMADAS DA SOCIEDADE E MODOS DE ADAPTAÇÃO

A **sociedade** é dividida em **cinco camadas**, dependendo da **aceitação** ou **rejeição** de **metas culturais** e **meios institucionalizados**:

MODO DE ADAPTAÇÃO	METAS CULTURAIS	MEIOS INSTITUCIONALIZADOS	DESCRIÇÃO
Conformidade	Aceita	Aceita	Vivem em harmonia com as normas sociais.
Inovação (criminosa)	Aceita	Não aceita	Buscam metas culturais por meios ilegais.
Ritualismo	Não aceita	Aceita	Vivem de forma rotineira, sem buscar metas culturais.
Evasão/Retraimento	Renúncia	Renúncia	Marginalizados, como moradores de rua.
Rebelião (criminosa)	Não aceita	Não aceita	Rejeitam metas e meios; agem contra a ordem social.

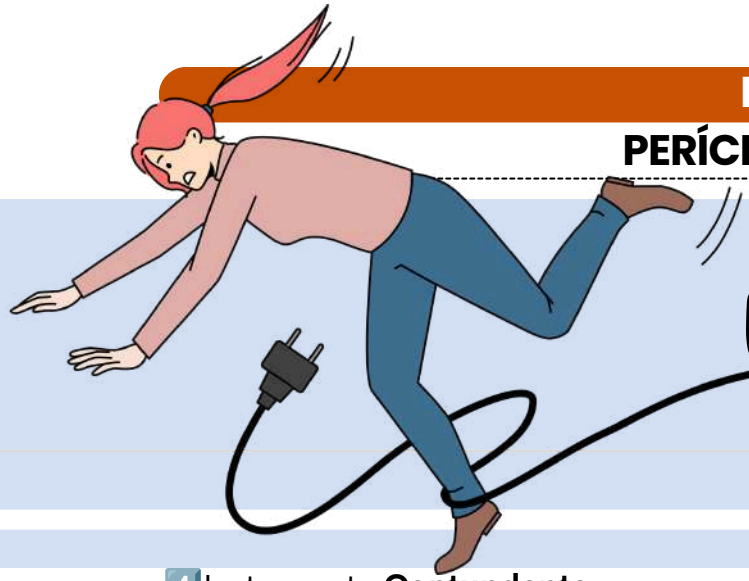




clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PERÍCIA E PERITO



LESÕES CAUSADAS POR ENERGIA MECÂNICA III

4️⃣ Instrumento **Contundente**

📌 **LESÕES CONTUNDENTES**

- **Característica**: Resultado de impacto direto, esmagamento ou compressão.

- **Exemplos**: Taco de beisebol, tijolo, pedra.
- Podem variar de:
  - **Contusões simples** (hematomas leves) 🩹
  - Até **fraturas ósseas** ou **lesões internas graves** 🏥.

TIPOS DE LESÕES EM RAZÃO DA GRAVIDADE

1️⃣ **Rubefação**

Vermelhidão da pele, causada pelo **aumento do fluxo sanguíneo** para a área afetada.

Causa: Resposta natural do corpo a irritações ou lesões leves.



2️⃣ **Edema**

Inchaço de uma parte do corpo devido ao **acúmulo anormal de líquido** nos tecidos.

Causa: Lesões, inflamação ou outras condições médicas.

3️⃣ **Escoriação**

Lesão superficial na pele, geralmente causada por atrito ou raspagem da camada superior da pele.

Causa: Ferimentos menores, sem sangramento profundo.

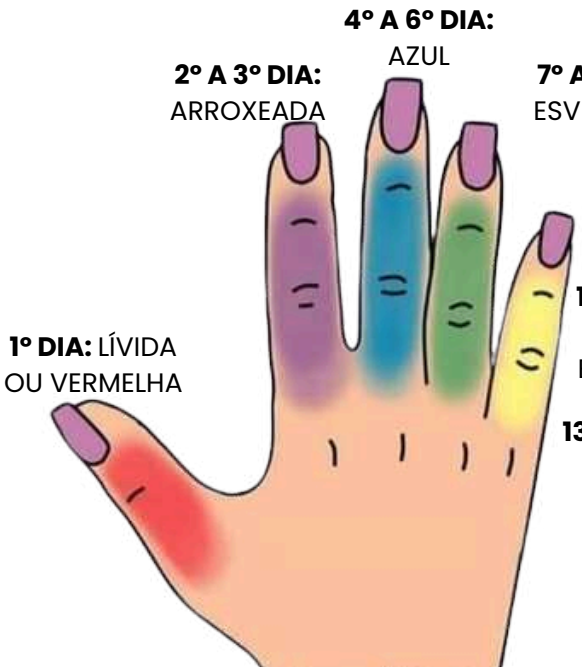


4️⃣ **Equimose**

Manchas **roxas** ou **azuladas** na pele, resultantes do **rompimento de pequenos** vasos sanguíneos.

Causa: Golpe ou trauma.

Espectro de Legrand de Saulle



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DOCUMENTOS

médico-legais

Notificações

Comunicações compulsórias feitas pelos **médicos** às autoridades competentes, por **necessidade social ou sanitária**, como acidentes de trabalho e doenças infecto- contagiosas.

Atestados

Objetiva firmar a **veracidade** de um **fato** ou a **existência** de exterminado estado, ocorrência ou obrigação. Declaração pura e simples, por escrito de um **fato médico e suas possíveis consequências.**

Relatórios

É a **descrição mais minuciosa de uma perícia médica** a fim de responder à solicitação da autoridade policial ou judiciária frente ao inquérito. Narração escrita e minuciosa de todas as operações de uma perícia médica. Se é realizado pelos peritos **após a sua investigação** contando com a ajuda de outros recursos é chamado de laudo, quando é ditado diretamente ao escrivão é chamado de Auto.

Parecer

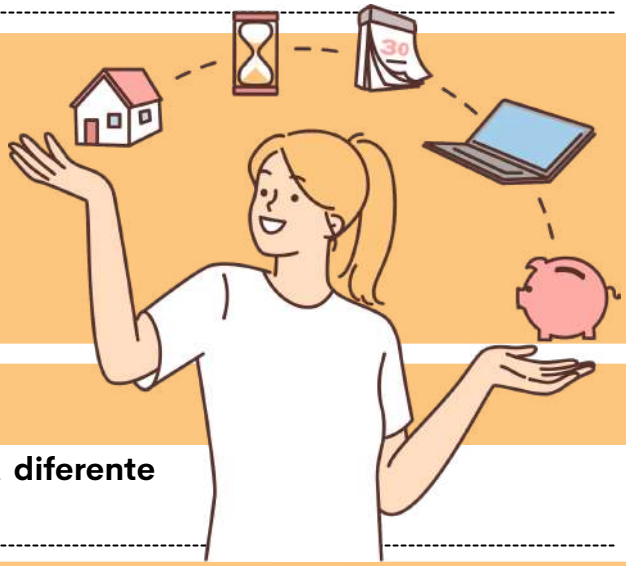
Definição do valor científico é determinado fato, dentro da mais **exigente e criteriosa técnica médico legal.** É constituído de **todas as partes do relatório**, com **exceção da descrição.** A discussão e a conclusão passam a ser os pontos de maior relevo esse documento.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO XI

IMPOSTOS DA UNIÃO II



A União **não** pode criar um tributo que seja **diferente** para diferentes estados ou municípios.

E O ESTADO E OS MUNICÍPIOS?

Também é vedado que estados, o Distrito Federal e municípios criem **diferenças** na tributação de bens com base em sua origem ou destino.

Por exemplo, um estado não pode cobrar impostos diferentes sobre um bem só porque ele foi produzido em outro estado ou porque será enviado para outro lugar. Isso evita barreiras fiscais internas, promovendo a livre circulação de bens pelo território nacional e garantindo um mercado interno mais integrado e eficiente.

Somente a União, nos seguintes casos **excepcionais**, pode instituir empréstimos compulsórios:



CALAMIDADE PÚBLICA QUE NECESSITE DE AUXÍLIO FEDERAL QUE NÃO POSSA SER ATENDIDO COM OS RECURSOS DISPONÍVEIS.



GUERRA EXTERNA OU SUA IMINÊNCIA

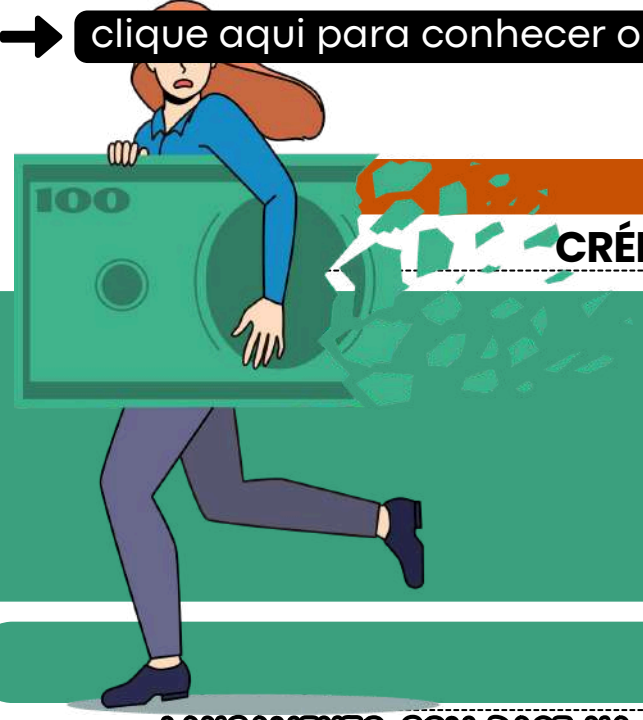


SITUAÇÕES ECONÔMICAS QUE EXIJAM A ABSORÇÃO TEMPORÁRIA DE **PODER AQUISITIVO**.

mas, o que é empréstimo compulsório?

Empréstimos compulsórios são uma forma de **tributo temporário** e **excepcional**, onde o governo **obriga** os cidadãos e empresas a emprestarem dinheiro ao Estado. Essa medida é utilizada apenas em situações de extrema necessidade, como crises econômicas graves, guerras, ou calamidades públicas que requerem um auxílio financeiro urgente que não pode ser coberto pelos recursos orçamentários disponíveis.

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

CRÉDITO TRIBUTÁRIO III

MODALIDADES DE LANÇAMENTO

LANÇAMENTO COM BASE NA DECLARAÇÃO

O sujeito **passivo** ou **terceiros** podem prestar informações **necessárias** para o **lançamento** do **tributo**. Se houver erro na declaração, pode-se retificá-la, mas deve-se provar o erro e fazer isso antes da notificação.

ERROS DETECTÁVEIS PELA PRÓPRIA DECLARAÇÃO SERÃO **CORRIGIDOS** PELA **AUTORIDADE**



ARBITRAMENTO DE VALOR OU PREÇO

Se a declaração do sujeito passivo é **duvidosa** ou **omissa**, a autoridade pode **estimar** o **valor necessário** para o cálculo do tributo.

O CONTRIBUINTE TEM O **DIREITO** DE **CONTESTAR** ESSA ESTIMATIVA ADMINISTRATIVAMENTE OU JUDICIALMENTE.

REVISÃO DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

A revisão de lançamento é necessária para garantir a correta **cobrança** de tributos e pode ocorrer em diversas circunstâncias, como **erro** na declaração ou fraude.

A REVISÃO SÓ PODE OCORRER ENQUANTO O **DIREITO DE COBRANÇA NÃO PRESCREVEU**.

Exemplo:

- **Falsidade na Declaração:** Se a Receita Federal descobrir que uma empresa falsificou informações em sua declaração de imposto, pode revisar o lançamento para corrigir o erro e aplicar penalidades.

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO

5

Para certos tributos, o contribuinte **paga antecipadamente** e a autoridade **homologa** esse pagamento posteriormente. Se a autoridade não se pronunciar em **cinco anos**, considera-se homologado.

FRAUDE, DOLO OU SIMULAÇÃO PODEM **INVALIDAR** ESSA HOMOLOGAÇÃO.

Exemplo:

- **ICMS**: Uma empresa recolhe o ICMS mensalmente de forma antecipada. A Secretaria da Fazenda do estado revisa esses pagamentos e, se concordar, homologa a apuração feita pela empresa.

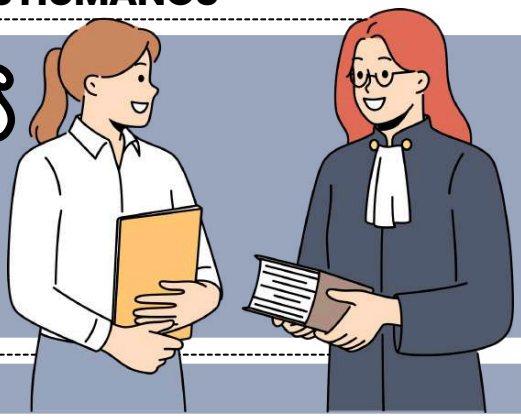
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

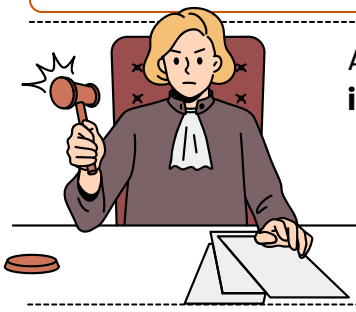
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais é o processo que transforma princípios essenciais, como a **dignidade humana**, em **normas protegidas** e aplicadas no sistema jurídico de um país. Isso garante que esses **direitos** sejam **reconhecidos**, **respeitados** e **aplicados** de forma eficaz.

Como Funciona a Institucionalização?

- 📜 **CONSTITUIÇÃO E DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS:** A BASE DE TUDO! NO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CHAMADA DE "CONSTITUIÇÃO CIDADÃ", GARANTE DIREITOS FUNDAMENTAIS.
- ⚖️ **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:** LEIS COMPLEMENTARES DETALHAM OS DIREITOS PREVISTOS, COMO OS CÓDIGOS CIVIL, PENAL E TRABALHISTA.
- 🏢 **ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO:** INSTITUIÇÕES COMO:
  PODER JUDICIÁRIO 👨‍⚖️: JULGA E ASSEGURA OS DIREITOS.
  MINISTÉRIO PÚBLICO 🕵️: FISCALIZA E PROTEGE OS INTERESSES DA SOCIEDADE.
  DEFENSORIA PÚBLICA 🤝: AJUDA QUEM NÃO PODE PAGAR POR ADVOGADOS.
- 🔧 **MECANISMOS DE APLICAÇÃO:** FERRAMENTAS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO À JUSTIÇA E AÇÕES JUDICIAIS GARANTEM QUE ESSES DIREITOS SAIAM DO PAPEL.
- 📚 **EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO:** ENSINAR A POPULAÇÃO SOBRE SEUS DIREITOS É ESSENCIAL PARA FORTALECÊ-LOS.
- 🌍 **MONITORAMENTO INTERNACIONAL:** ORGANISMOS COMO A ONU E A OEA ACOMPANHAM E FISCALIZAM O CUMPRIMENTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.



A Constituição de 1988 foi um marco! Além disso, **tratados internacionais de direitos humanos** têm:

- **Status Supralegal** (acima das leis comuns, mas **abaixo da Constituição**).
- **Status Constitucional** (quando **aprovados com quórum qualificado**, como uma emenda constitucional).

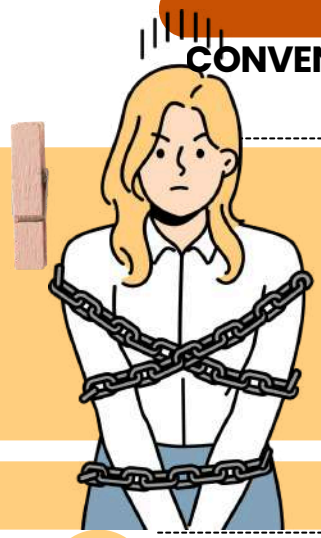
O **Supremo Tribunal Federal (STF)** define que **tratados de direitos humanos**, mesmo **supralegais**, respeitam a soberania da Constituição Federal 📖, que é a norma máxima no Brasil.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992



PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992



Imagine que a liberdade é como o ar que você respira: ninguém pode te **privar dela** sem um **motivo válido!** 🌬️

1️⃣ Todo mundo tem o **direito de ser livre** e se **sentir seguro**.
2️⃣ Mas atenção: se alguém for **preso**, isso só pode acontecer de acordo com o que está na **Constituição** ou nas **leis**. Nada de prisões aleatórias! 🚫👮
3️⃣ Prender alguém **sem justificativa**? Nem pensar. Isso é o famoso "*não pode porque é ilegal*".



4️⃣ Foi **preso**? Você tem o **direito de saber por quê** e quais **acusações existem contra você**. Transparência é tudo! 💬
5️⃣ E nada de ficar **mofando** na **cadeia** sem um juiz dar as caras, viu? **Todos têm direito a um julgamento** em **tempo razoável.** ⏳
6️⃣ Sentiu que algo está **errado** na sua prisão? Você pode pedir para um juiz **verificar a legalidade** dela.
7️⃣ Ah, e **ninguém pode ser preso** só porque está devendo. A única exceção é para quem deixa de **pagar pensão alimentícia.** 💸

Aqui o lema é: **julgamento justo e imparcial.** ⚖️
1️⃣ Todo mundo tem o direito de ser **ouvido** por um juiz ou tribunal que seja independente e imparcial. Nada de "*jeitinhos*"! 😉
2️⃣ E mais: **você é inocente até que provem o contrário**. Enquanto isso, tem direito a:



- **Tradutor**, se não entender o idioma do tribunal. 🌎
- Ser informado direitinho sobre as **acusações**.
- **Tempo** e **recursos** para preparar sua defesa. ⏳✏️
- Ter um **advogado** de confiança ou, se não puder pagar, um dado pelo **Estado**.
- **Não ser forçado** a confessar nada. Zero pressão! ✋
- Se não concordar com a decisão, pode **recorrer** a um tribunal superior.

Aqui vai uma regra de ouro: ninguém pode ser **punido** por **algo que não era crime quando aconteceu.** 🕰️ Além disso, se a lei mudar para uma punição mais leve, você tem direito a esse benefício.

FOI **CONDENADO INJUSTAMENTE** POR UM ERRO DA JUSTIÇA? VOCÊ TEM DIREITO A SER **INDENIZADO**. 💰

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE AGENTE E ESCRIVÃO

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI N. 6.123/1968 – ESTATUTO DOS SERVIDORES VIII



REVERSÃO

A reversão é o **reingresso no serviço público do servidor aposentado**, sendo motivada pela **anulação dos motivos que levaram à aposentadoria ou por interesse e requisição da Administração**, respeitando a opção do servidor.

No caso de reversão, o servidor, pelos encargos do exercício ativo, **perceberá um adicional de remuneração equivalente a cinquenta por cento dos proventos integrais** referentes à retribuição normal do cargo em que se aposentou.

ESSE ADICIONAL SERÁ ACRESCIDO DO ADICIONAL **POR TEMPO DE SERVIÇO.**





Duas informações adicionais são relevantes com relação à reversão:

- É **vedada a designação do servidor revertido** para o exercício de **cargo em comissão**;
- A **reversão** sempre **terá prioridade sobre novas nomeações.**

Caso a lei que enquadrava um servidor em um quadro de pessoal diverso seja declarada inconstitucional, **o servidor será reconduzido à carreira e ao cargo que ocupava anteriormente.**

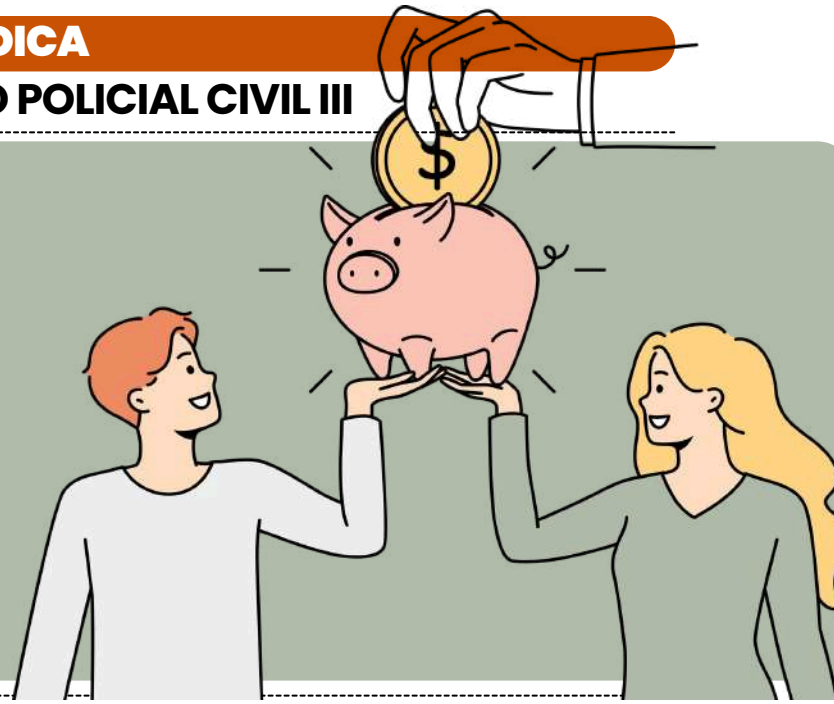
Esse retorno **se dará na classe e no nível a que teria direito se tivesse permanecido em efetivo exercício**, a menos que o servidor tenha sido beneficiado pela modulação de efeitos da decisão judicial que declarou a inconstitucionalidade.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ESTATUTO DO POLICIAL CIVIL III

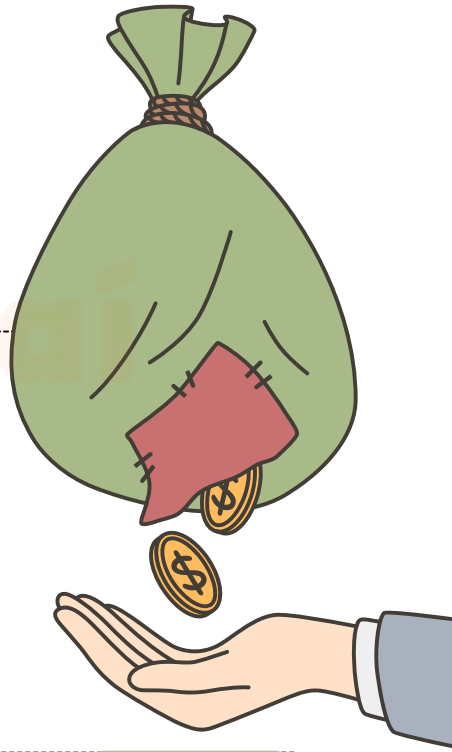
VENCIMENTOS E VANTAGENS I



O vencimento corresponde ao nível estabelecido por lei, **em troca do desempenho do cargo.** Além do vencimento, os policiais civis podem receber as seguintes vantagens:



- Ajuda de custo;
- Diárias;
- Salário-família;
- Auxílio-acidente;
- Auxílio-moradia;
- Transporte;
- Gratificações.



- O policial que **mudar de sede ou for designado para uma missão ou estudo em outro local**, incluindo no exterior, **tem direito à ajuda de custo.**

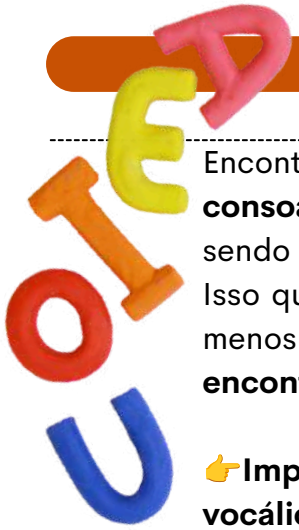
- Esta assistência visa **reembolsar as despesas de viagem e instalação, exceto as de transporte**, e **não pode exceder o valor de um mês de vencimento**.
- O pagamento da ajuda de custo **pode ser feito adiantadamente ou na nova sede**, a critério do policial

LEMBRE-SE!

É importante prestar atenção nas expressões "exceto" e "inclusive", pois as bancas costumam confundir. Portanto, é necessário memorizar que a**s despesas de transporte NÃO estão incluídas na ajuda de custo**, enquanto uma **missão ou estudo no exterior GARANTE a concessão da ajuda de custo.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

ENCONTROS VOCÁLICOS

Encontros vocálicos são encontros de **vogais** ou **semivogais**, **sem consoantes intermediárias.** Eles acontecem na **mesma** ou em **outra sílaba**, sendo classificados em: **ditongo, tritongo e hiato.**
Isso quer dizer que quando vogais ou semivogais (sons vocálicos ditos com menos força) aparecem umas ao lado das outras numa palavra, acontece um **encontro vocálico**.

👉**Importante**: se houver uma **consoante entre as vogais**, **não há encontro vocálico.**

DITONGO

Nos ditongos, ocorre o **encontro de uma vogal com uma semivogal**, e quando fazemos a separação das suas sílabas, **as duas ficam na mesma sílaba.**

Exemplos: pap**ai** (pa-pai), **oi** (a palavra "oi" não se separa), sab**ão** (sa-bão).

De acordo com a **posição da vogal** e da **semivogal**, os ditongos podem ser: **crescentes** ou **decrescentes**.

- **Ditongos crescentes** são aqueles em que a **semivogal vem antes da vogal** (sv + v). **Exemplos**: igual (i-g**ua**l), quota (q**uo**-ta), pátria (pá-tr**ia**).

- **Ditongos decrescentes** são aqueles em que a **vogal vem antes da semivogal** (v + sv). **Exemplos**: meu (m**eu**), herói (he-r**ói**), cai (c**ai**).

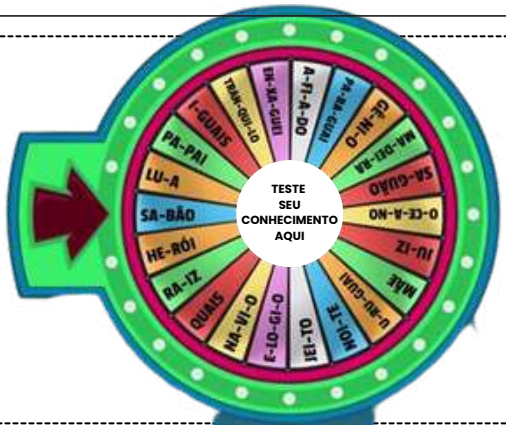
De acordo com a **pronúncia**, os ditongos podem ser **orais** ou **nasais**.

- **Ditongos orais** são os pronunciados apenas pela boca. É o caso de ai, ia, iu, ui, eu, éu, ue, ei, éi, ie, oi, ói, io, au, ua, ao, oa, ou, uo, oe, eo, ea. Exemplos: mau (m**au**), sei (s**ei**), viu (v**iu**).

- **Ditongos nasais** são os pronunciados pela boca e pelo nariz. É o caso de ão, ãe, õe, am, an, em, en, ãi, ui (ocorre apenas na palavra "muito"). Exemplos: mãe (m**ãe**), sab**ão** (sa-bão), muito (m**ui**-to).

TRITONGO

Nos tritongos, ocorre o **encontro semivogal, vogal e semivogal** (sempre nessa ordem), e quando fazemos a separação das suas sílabas, as três ficam na **mesma sílaba.**



Exemplos: ig**uai**s (i-guais), sag**uão** (sa-guão), urug**uai**o (u-ru-guai-o).

HIATO

Nos hiatos, ocorre apenas o **encontro de vogais** (nunca de semivogais), e quando fazemos a separação das suas sílabas, cada vogal fica numa sílaba diferente.

Exemplos: álc**oo**l (ál-co-ol), nav**io** (na-vi-o), s**aí**da (sa-í-da).

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS



O plural dos substantivos compostos é feito mediante duas situações. Uma delas se refere à forma como ele é escrito.

Se o substantivo composto for **escrito sem hífen**, o **plural** é feito tal como os **substantivos simples**, muitas vezes acrescentando o **"s" no final.**

- **Exemplos:** claraboia(s), ferrovia(s), passatempo(s).

A outra situação que deve ser observada é como o **substantivo que escrito com hífen é formado** (por **verbo + substantivo**, por palavras unidas por **preposição**, por **palavras repetidas**, entre outros).

Nesses casos, algumas **regras** devem ser **observadas**.

REGRAS DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS COM HÍFEN



SUBSTANTIVO + SUBSTANTIVO QUE ESPECIFICA O PRIMEIRO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o **plural** ou os **dois elementos passam para o plural.** Exemplos:

- caneta-tinteiro (canetas-tinteiro ou canetas-tinteiros)
- salário-família (salários-família ou salários-famílias)
- banana-prata (bananas-prata ou bananas-pratas)



PALAVRAS UNIDAS POR PREPOSIÇÃO

Apenas o **primeiro elemento passa para o plural**. Exemplos:

- estrela-do-mar (estrelas-do-mar)
- mula-sem-cabeça (mulas-sem-cabeça)
- peroba-do-campo (perobas-do-campo)



VERBO OU ADVÉRBIO + SUBSTANTIVO OU ADJETIVO

Apenas o **segundo elemento passa para o plural**. Exemplos:

- abaixo-assinado (abaixo-assinados)
- beija-flor (beija-flores)
- sempre-viva (sempre-vivas)



PALAVRAS REPETIDAS OU ONOMATOPEIAS

Apenas o **segundo elemento passa para o plural.** Exemplos:

- pingue-pongue (pingue-pongues)
- teco-teco (teco-tecos)
- tique-taque (tique-taques)



PALAVRA VARIÁVEL + PALAVRA VARIÁVEL

Os **dois elementos passam para o plural.** Lembrando que são **palavras variáveis substantivos, verbos, adjetivos, pronomes, artigos e numerais**. Exemplos:

- cota-parte (cotas-partes)
- mão-boba (mãos-bobas)
- segunda-feira (segundas-feiras)

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

LOCUÇÕES ADJETIVAS

Locuções adjetivas e expressões preposicionadas **podem funcionar como adjetivos ou como complementos nominais**, dependendo do contexto.

Vamos **expandir um pouco mais** sobre esses conceitos:

LOCUÇÃO ADJETIVA

Locução adjetiva é a **união de duas ou mais palavras** que equivalem a um único **adjetivo**, por exemplo:

- amor de mãe (significa amor maternal)
- pagamento do mês (significa pagamento mensal)
- paixão sem freio (significa paixão desenfreada)

As locuções adjetivas são normalmente formadas por **preposição + substantivo** ou **preposição + advérbio.** A locução adjetiva nunca é formada por verbo, nesse caso corresponde a uma oração.

Exemplos de frases com **locuções adjetivas**

- O amor **de mãe** é o mais forte de todos. (maternal)
- Os trabalhadores receberam o pagamento **do mês**. (mensal)
- Janaína ganhou um anel **de ouro**. (dourado)
- Mariana estava com cólica **de abdômen**. (abdominal)
- O sapato era feito de couro **de boi**. (bovino)
- Deixou marcas **de dedos** no computador. (digitais)
- Pegou o bloco **de gelo** sem ajuda dos amigos. (glacial)
- Recebemos um tratamento **de gato**. (felino)
- Isabela tirou uma fotografia **de face**. (facial)
- O calendário **do ano** foi entregue. (anual)

COMPLEMENTO NOMINAL

Complemento nominal é a informação que completa o **sentido de um nome - substantivo, adjetivo ou advérbio** - contido na **oração**.

Exemplos de **complemento nominal**

- Frituras fazem mal **ao fígado.** ("ao fígado" completa o sentido do adjetivo "mal")
- Estamos ansiosos **com a sua chegada.** ("com a sua chegada" completa o sentido do adjetivo "ansiosos")
- Alguém tem notícias **dela**? ("dela" completa o sentido do substantivo "notícias")
- Fique perto de mim. ("de mim" completa o sentido do advérbio "perto")
- Música alta faz mal **aos ouvidos.** ("aos ouvidos" completa o sentido do advérbio "mal")
- Estavam radiantes **com as suas notas.** ("com as suas notas" completa o sentido do adjetivo "radiantes")

O **complemento nominal** pode ser representado por uma **oração subordinada substantiva completiva nominal:**

- Tenho esperança **de que eles compareçam.** ("de que eles compareçam" completa o sentido do substantivo "esperança")

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

ARQUIVOS

PRINCIPAIS TIPOS DE ARQUIVOS E EXTENSÕES

Categoria	Descrição	Extensões
Texto e Documentos	Arquivos de escrita e edição	.txt .docx .odt .pdf
Planilhas e Dados	Dados numéricos e tabelas	.xls .xlsx .csv
Imagens	Fotos e gráficos	.jpg .png .gif .bmp
Áudio	Sons e músicas	.mp3 .wav .aac
Programas e Executáveis	Filmes e gravações	.exe .msi .bat
Compactados	Agrupamento de arquivos	.zip .rar .7z

💬 **Dica prática:**
Para exibir extensões ocultas no Windows →
➡️ **Explorador de Arquivos → Exibir → Mostrar → Extensões de nomes de arquivos.**



🌐 **Exemplo prático**
Você recebe um arquivo chamado **"musica.mp3".**

➡️ Pela extensão **.mp3,** o Windows sabe que é um **arquivo de áudio** e o abre automaticamente com o **reprodutor de mídia.**

Se fosse **"musica.txt",** seria aberto no Bloco de Notas.

🌐 **Exemplo prático**
Você baixa um arquivo chamado "**planilha**" (**sem extensão**).



➡️ O ícone é uma **folha em branco**, e ao clicar, o Windows pergunta com qual programa abrir.

Se você renomear para **"planilha.xls"**, o ícone muda automaticamente e o arquivo passa a abrir no leitor de planilha(excel).



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CORREIO ELETRÔNICO III



PROTOCOLOS DE E-MAIL I

DIVERSOS PROTOCOLOS DE E-MAIL SÃO UTILIZADOS PARA ENVIAR, RECEBER E GERENCIAR MENSAGENS ELETRÔNICAS.

vamos conhecer os mais cobrados nas provas?

SMTP (Simple Mail Transfer Protocol)

É o protocolo fundamental para o envio de e-mails.

- Uso: Usado para enviar e-mails de um cliente de e-mail ou servidor para um servidor de e-mail de destino.
- Função: Responsável por encaminhar mensagens para o servidor de destino.

POP3 (Post Office Protocol version 3)

É adequado para configurações onde você deseja baixar e armazenar e-mails localmente.

- Uso: Protocolo de recebimento de e-mail que permite que os usuários baixem mensagens do servidor de e-mail para seus clientes de e-mail.
- Função: As mensagens são geralmente baixadas e armazenadas localmente, e podem ser removidas do servidor, a menos que configurado de outra forma.

IMAP (Internet Message Access Protocol)

É ideal para cenários em que você deseja acessar seus e-mails de diferentes dispositivos sem perder a sincronização.

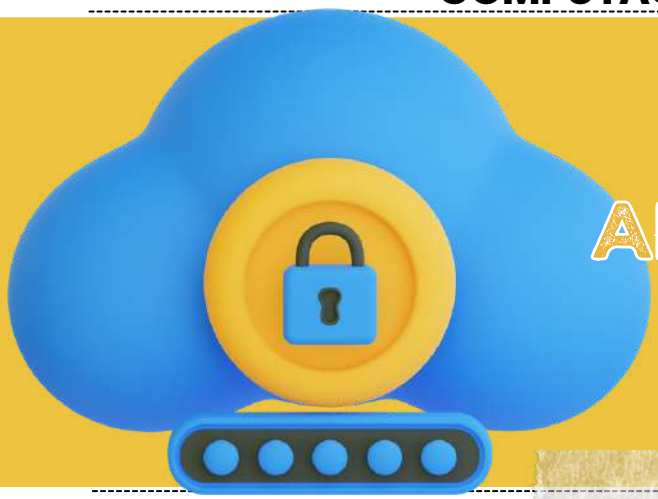
- Uso: Também é um protocolo de recebimento de e-mail, mas com uma abordagem diferente do POP3.
- Função: As mensagens permanecem no servidor e são sincronizadas com o cliente de e-mail, permitindo que os usuários gerenciem suas mensagens de várias plataformas.

faça anotações aqui

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

COMPUTAÇÃO EM NUVEM V



ARMAZENAMENTO NA NUVEM

O armazenamento em nuvem é uma prática que envolve **guardar dados, arquivos e informações em servidores remotos**. Em vez de armazenar localmente em dispositivos físicos, esses dados são acessados pela internet. Tais servidores remotos são mantidos por provedores de serviços em nuvem.

Os dados armazenados na nuvem **podem ser acessados de qualquer lugar com uma conexão à Internet.**

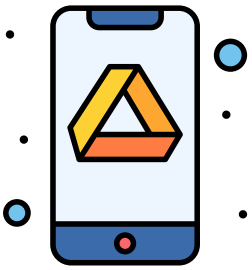
- *A economia de espaço é uma vantagem da nuvem, já que não precisa de hardware físico e reduz custos.*
- *Compartilhar arquivos com segurança é fácil na nuvem, pois você pode dar acesso apenas a pessoas autorizadas.*
- *A sincronização automática em todos os dispositivos garante que os arquivos estejam atualizados em todos os lugares.*
- *A nuvem é altamente escalável, permitindo aos usuários aumentar ou diminuir o espaço de armazenamento conforme necessário.*
- *O backup automático de dados oferecido pelos serviços na nuvem protege contra perda de informações.*

OS SERVIDORES MAIS POPULARES DE ARMAZENAMENTO EM NUVEM



Dropbox

Microsoft OneDrive
Amazon S3
iCloud.



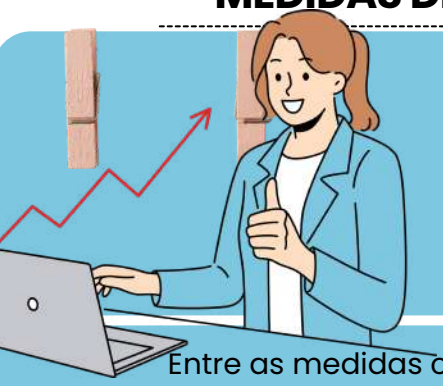
Google Drive

faça anotações aqui

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL (MEDIDAS DESCRITIVAS)



MÉDIA PONDERADA

o que é isso?

Entre as medidas centrais, a mais utilizada é a média. Existem vários tipos de média, mas as mais comuns são a **média aritmética simples** e a **média aritmética ponderada**.

Na média aritmética ponderada, são atribuídos **pesos para cada um dos valores**. Quanto **maior for o peso**, maior será a **influência daquele determinado dado** no valor da média aritmética ponderada.

Para calcular a média aritmética ponderada, utilizamos a fórmula:

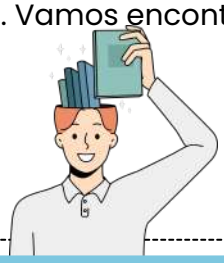
$$\overline{x} = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \ldots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \ldots + p_n}$$

- $p_1, p_2, p_3, \ldots p_n$ ⟶ Pesos
- $x_1, x_2, x_3, \ldots x_n$ ⟶ Valores do conjunto

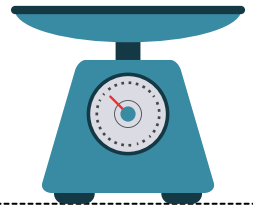
Para calcular a média ponderada, calculamos o **produto de cada valor por seu respectivo peso** e, depois, calculamos a soma entre esses produtos e dividimos pela soma dos pesos.

EXEMPLO NA PRÁTICA:

Durante uma seleção de professores, a prova era dividida em algumas etapas, e cada uma delas tinha um peso. O candidato vencedor seria o que alcançasse maior nota. Vamos encontrar, então, o candidato que possui maior média.



Prova de língua estrangeira → **peso 1**
Prova prática → **peso 2**
Prova específica da área → **peso 3**
Análise de currículo → **peso 4**



OS CANDIDATOS ARMANDO E BELCHIOR TIVERAM AS SEGUINTES NOTAS:

CRITÉRIOS	AMANDO	BELCHIOR
LÍNGUA ESTRANGEIRA	10	6
PROVA PRÁTICA	9	7
PROVA ESPECÍFICA	8	8
ANÁLISE DE CURRÍCULO	7	10

Então, calcularemos as médias:

$$\overline{x_A} = \frac{1 \cdot 10 + 2 \cdot 9 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 7}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\overline{x_A} = \frac{10 + 18 + 24 + 28}{10}$$

$$\overline{x_A} = \frac{80}{10}$$

$$\overline{x_A} = 8,0$$

$$\overline{x_B} = \frac{1 \cdot 6 + 2 \cdot 7 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 10}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\overline{x_B} = \frac{6 + 14 + 24 + 40}{10}$$

$$\overline{x_B} = \frac{84}{10}$$

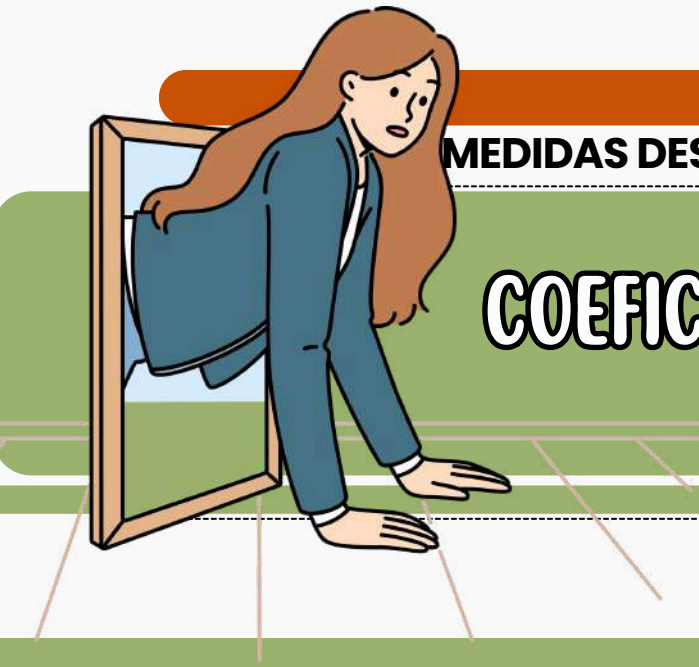
$$\overline{x_B} = 8,4$$

O CANDIDATO QUE POSSUI **MAIOR MÉDIA** É O BELCHIOR, LOGO ELE SERÁ CONTRATADO.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

MEDIDAS DESCRITIVAS (DISPERSÃO)

COEFICIENTE DE VARIAÇÃO

o que é isso?

Para encontrar o coeficiente de variação, devemos **multiplicar o desvio padrão por 100 e dividir o resultado pela média**.

ESSA MEDIDA É EXPRESSA EM **PORCENTAGEM**.

$$CV = \frac{100.DP}{MA}$$

O coeficiente de variação é utilizado quando precisamos comparar variáveis que apresentam médias diferentes.

- Como o desvio padrão representa o quanto os dados estão **dispersos em relação a uma média**, ao comparar amostras com médias diferentes, a sua utilização pode gerar erros de interpretação.
- Desta forma, ao confrontar dois conjuntos de dados, o **mais homogêneo** será aquele que apresentar **menor coeficiente de variação**.

EXEMPLO:

Um professor aplicou uma prova para duas turmas e calculou a média e o desvio padrão das notas obtidas. Os valores encontrados estão na tabela abaixo.

Com base nesses valores, determine o coeficiente de variação de cada turma e indique a turma mais homogênea.

	Desvio Padrão	Média
TURMA 1	2,6	6,2
TURMA 2	3,0	8,5

CALCULANDO O COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DE CADA TURMA, TEMOS:

$$CV_1 = \frac{100.2,6}{6,2} \cong 42\%$$

$$CV_2 = \frac{100.3}{8,5} \cong 35\%$$

Desta forma, a **turma mais homogênea é a turma 2**, apesar de apresentar maior desvio padrão.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONECTIVOS LÓGICOS I



CONECTIVO "E" (CONJUNÇÃO)

A conjunção é uma operação lógica na qual **a proposição composta é verdadeira somente se ambas as proposições simples que a compõem também forem verdadeiras**. Se pelo menos uma das proposições simples for falsa, a conjunção será falsa.

Portanto, na conjunção, **o valor lógico predominante é o falso**, pois é necessário que todas as condições sejam atendidas para que a proposição composta seja verdadeira.

EXEMPLO:

No caso da sentença "Estudar é necessário e ser nomeado é uma glória", **essa proposição composta só será verdadeira se ambas as proposições simples que a compõem forem verdadeiras:**

- "Estudar é necessário" (Verdadeira)
- "Ser nomeado é uma glória" (Verdadeira)

Se ambas essas afirmações forem verdadeiras, então a sentença composta "Estudar é necessário e ser nomeado é uma glória" será verdadeira. Caso contrário, se pelo menos uma das afirmações for falsa, a sentença composta será falsa.

Esse é um exemplo de como a conjunção funciona na lógica para combinar proposições e avaliar sua verdade, **ambas as condições devem ser satisfeitas para que a sentença seja verdadeira. Caso contrário, ela será falsa.**



TABELA VERDADE DA CONJUNÇÃO "E"

SERÁ VERDADEIRA QUANDO TODAS AS PROPOSIÇÕES FOREM VERDADEIRAS		
p	**q**	**p e q**
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

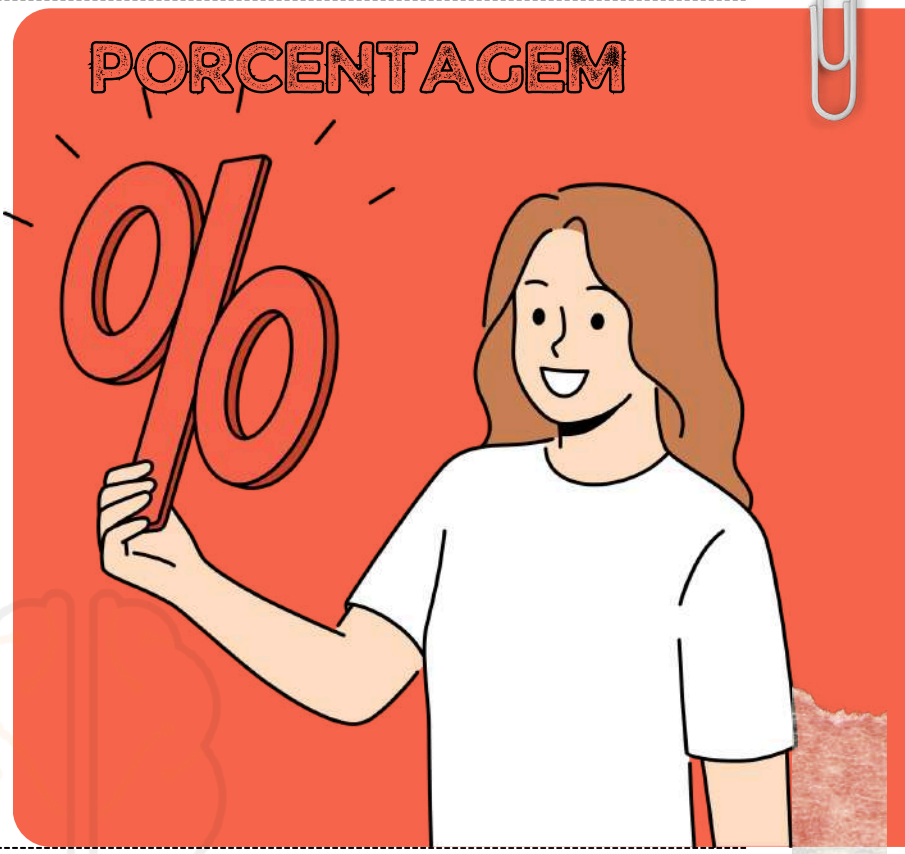
clique aqui para conhecer o material completo

DICA

MATEMÁTICA BÁSICA

A porcentagem é uma maneira comum de expressar **uma proporção ou fração em relação a 100.**

O símbolo de porcentagem (%) é usado para representar uma quantidade como uma fração de 100. **Por exemplo, 25% significa "25 em cada 100."**



LEMBRE-SE!

50 % é a **metade** de qualquer valor!

TAXA PERCENTUAL

$\frac{1}{100}$ = 0,01 = **1%** $\frac{23}{100}$ = 0,23 = **23%** $\frac{25}{100}$ = 0,25 = **25%**

COMO FAZEMOS ESSE CÁLCULO?

32 % DE 200 = $\frac{32}{100}$ **. 200 → 6400 / 100 = 64**

PORCENTAGEM DE AUMENTO E DESCONTO

Aumento 20% de R$ 500,00

500 = 100%
100% + 20% = 120% = 1,2
1,2 X 500 = **R$ 600,00**



Desconto 20% de R$ 500,00

500 = 100%
100% - 20% = 80% = 0,8
0,8 X 500 = **R$ 400,00**

faça anotações aqui

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

INQUÉRITO POLICIAL IV



ENTENDENDO O PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

O procedimento do inquérito policial é regulamentado pelos artigos 4° ao 23 do CPP, e **tem início com a instauração do procedimento pela autoridade policial**, que pode ser um delegado de polícia ou outra autoridade com poderes de polícia judiciária. As fases do inquérito policial são as seguintes:



ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

- A **portaria** é utilizada para **instaurar o inquérito** policial e **deve descrever o fato investigado, indícios de autoria e materialidade, e as diligências** a serem realizadas.
- A autoridade policial **deve realizar diligências investigatórias**, como coletar elementos de prova e interrogar suspeitos.

- Os passos a serem seguidos após as diligências da autoridade policial incluem a **elaboração de um relatório final, o envio deste relatório ao Ministério Público** para avaliação e, se houver elementos suficientes, o oferecimento de denúncia diretamente ao Poder Judiciário.
- Caso contrário, **o Ministério Público pode solicitar o arquivamento do inquérito policial.**



SÚMULA N° 524 DO STF: SE UM INQUÉRITO POLICIAL FOR ARQUIVADO POR ORDEM DO JUIZ, A PEDIDO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, **NÃO É POSSÍVEL INICIAR UMA AÇÃO PENAL SEM NOVAS PROVAS.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DAS PRISÕES III

AUTUAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE



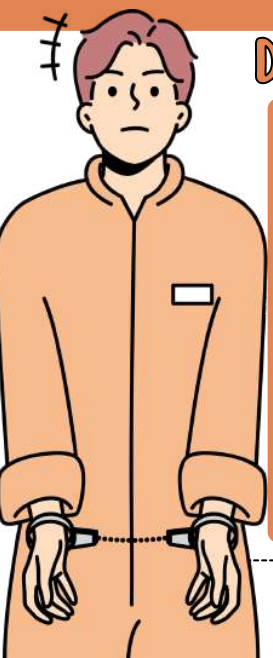


PROCEDIMENTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE

No caso de prisão em flagrante, **o prazo para apresentação do preso à autoridade judicial é de até 24 horas**, contadas a partir do momento da prisão, de acordo com o artigo 306, §1° do CPP.

- Se o **prazo não for cumprido, a prisão é considerada ilegal e o preso deve ser solto imediatamente**, exceto se houver justificativa plausível para a demora.
- Após a prisão em flagrante, o **indivíduo deve ser levado imediatamente à autoridade policial mais próxima**.
- É dever da autoridade policial **verificar se a prisão está em conformidade com a lei e se o preso deve permanecer detido ou ser liberado por meio de fiança ou outra medida cautelar.**





DIREITOS DO PRESO: COMUNICAÇÃO IMEDIATA E NOTA DE CULPA

DE ACORDO COM O ARTIGO 306, AO PRENDER ALGUÉM, **É OBRIGATÓRIO COMUNICAR IMEDIATAMENTE O JUIZ, O MINISTÉRIO PÚBLICO E A FAMÍLIA OU PESSOA INDICADA PELO PRESO**.

A **NOTA DE CULPA COM O MOTIVO DA PRISÃO** DEVE SER ENTREGUE AO PRESO.

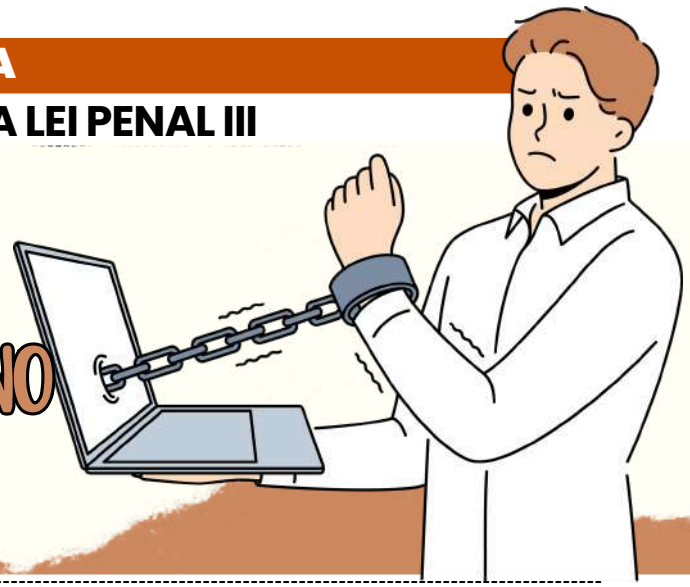
O AUTO **DEVE SER ASSINADO PELO JUIZ, PELO PRESO E PELAS TESTEMUNHAS, E ENVIADO AO JUIZ RESPONSÁVEL PELO CASO.**

SE O RÉU FOR LIBERADO, **DEVE SER COLOCADO EM LIBERDADE APÓS A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO** EM FLAGRANTE.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL III



CONFLITO DA LEI PENAL NO TEMPO

EXCEÇÕES À REGRA GERAL DE SUCESSÃO DE LEIS PENAIS

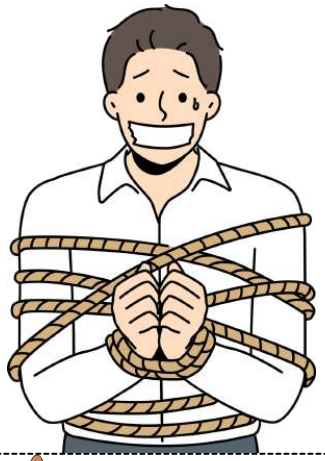
Embora a norma em vigor no momento da prática da conduta seja geralmente aplicável, **existem exceções.**

Essas exceções surgem quando **leis penais sucessivas regulam total ou parcialmente a mesma questão.** Se o fato ocorreu durante a vigência da lei anterior, podem ocorrer cinco situações distintas.

EXCEÇÕES DA LEI PENAL E SEUS CONFLITOS TEMPORAIS



- **Novatio legis incriminadora:** refere-se a uma l**ei que tipifica como infração penal uma conduta que anteriormente não era considerada criminosa.** Essa lei só será aplicável a condutas criminosas futuras.
- **Lex gravior:** trata-se da **lei penal mais severa, que implica em um tratamento mais rigoroso para as condutas já classificadas como infração penal.** Essa lei só será aplicável a fatos ocorridos após a sua entrada em vigor.



- **Abolitio Criminis:** é uma nova **lei penal que retira a criminalidade de um fato que anteriormente era considerado criminoso**. Esta norma é eficaz na execução e efeitos penais da sentença condenatória.
- **Lex Mitior ou Novatio Legis in Mellius:** ocorre quando, **havendo sucessão de leis penais no tempo, um ato previamente considerado crime ou contravenção penal tenha sido cometido sob a lei anterior, a norma posterior mais favorável será aplicada**. A retroatividade da lei é automática, não requerendo cláusula expressa, e se aplica a atos já julgados definitivamente.

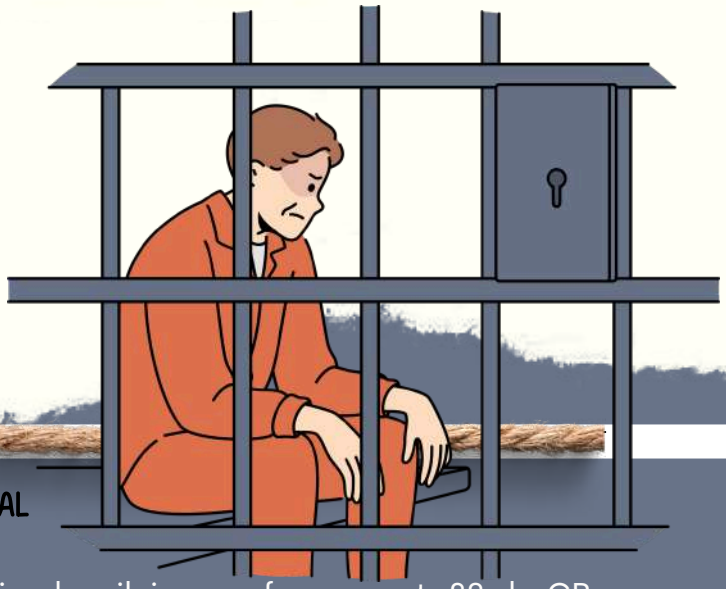
Nos casos de **abolitio criminis apenas faz cessar os efeitos penais,** sendo que **os efeitos civis da pena persistem.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PENAS E SEUS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO I

ESPÉCIES DE PENA



PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

As penas previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme o art. 32 do CP, são: **privativa de liberdade, restritiva de direitos e multa.**

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

A privação de liberdade é uma forma de punição adotada pelo Código Penal, que tem como objetivo **restringir a liberdade de locomoção do condenado por um tempo determinado**. Esta medida tem como finalidade a **reinserção do indivíduo na sociedade e a prevenção de reincidência.**

EXISTEM **TRÊS TIPOS DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE** PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO PENAL:

- **Reclusão** - para crimes graves; ADMITE O **REGIME INICIAL FECHADO**
- **Detenção** - para os crimes menos graves e **NÃO** ADMITE O **REGIME INICIAL FECHADO**
- **Prisão simples** - para as contravenções penais. **NÃO** ADMITE O **REGIME FECHADO**

ALÉM DISSO, O CÓDIGO PENAL ESTABELECE **TRÊS REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA**:



- **Fechado** - em presídios de segurança máxima;
- **Semiaberto** - em colônias agrícolas, industriais ou similares e
- **Aberto** - em casas de albergado ou similares.

A Pena Privativa de Liberdade é uma punição imposta a indivíduos condenados por um juiz competente, que restringe a sua liberdade de locomoção. Este tipo de penalidade **é aplicado a crimes mais graves, e pode ser cumprido através de diferentes regimes de reclusão: fechado, semiaberto e aberto, ou detenção.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a *irretroatividade das leis.*

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, **desde que beneficiem os indivíduos**, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos **conceitos**

O **direito adquirido:** aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.

exemplo:

se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.





O **ato jurídico perfeito:** aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.

exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.





A **coisa julgada:** aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICABILIDADE CONSTITUCIONAL III

APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

normas de eficácia limitada

sua aplicabilidade é **indireta, mediata e reduzida.**



Por fim, as **normas constitucionais de eficácia limitada referem-se àquelas que necessitam de regulamentação infraconstitucional para produção de seus efeitos.**

Ou seja, **o texto constitucional mostra-se incapaz de, isoladamente, produzir todas as consequências necessárias à concretização do direito.**

características

NÃO-AUTOAPLICAVEIS

A não-autoaplicabilidade se refere **à necessidade de suplementação legislativa** para que os efeitos do texto constitucional se manifestem plenamente.

APLICABILIDADE INDIRETA, MEDIATA E REDUZIDA

No que diz respeito à **aplicabilidade indireta**, isso envolve a **necessidade de uma lei regulamentadora para dar eficácia aos efeitos pretendidos pelo texto constitucional**.

A **aplicabilidade mediata**, por sua vez, ocorre quando o **texto constitucional**, por si só, **não é suficiente para produzir os efeitos desejados pelo legislador.**

Por fim, no contexto da **aplicabilidade reduzida,** é importante ressaltar que essas normas **possuem um grau limitado de eficácia** logo após a promulgação da Constituição de 1988.

mnemônico

PINGA COM LIMÃO

EFICÁCIA PLENA
EFICÁCIA CONTIDA
EFICÁCIA LIMITADA



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGENTES PÚBLICOS III



Agentes Políticos
exercem funções políticas e de alta direção.

Dentro do âmbito do Poder Executivo, os agentes políticos referem-se aos indivíduos que ocupam os cargos de mais alta hierarquia na administração pública. Isso inclui os líderes do Poder Executivo, como o Presidente, Governador e Prefeito, assim como seus Ministros e Secretários Estaduais e Municipais. Houve um período de incerteza quanto à inclusão dos Magistrados na categoria dos agentes políticos.

Recurso Especial 228.977, STF.
Os magistrados enquadram-se na espécie agente político, investidos para o exercício de atribuições constitucionais, sendo dotados de plena liberdade funcional no desempenho de suas funções, com prerrogativas próprias e legislação específica.

e quanto aos membros dos Tribunais de Contas e os membros do Ministério Público?

No contexto dos membros dos Tribunais de Contas, surge uma situação notável: a **doutrina os categoriza como agentes políticos**, enquanto **o STF adota uma perspectiva contrária, considerando-os como agentes administrativos.**

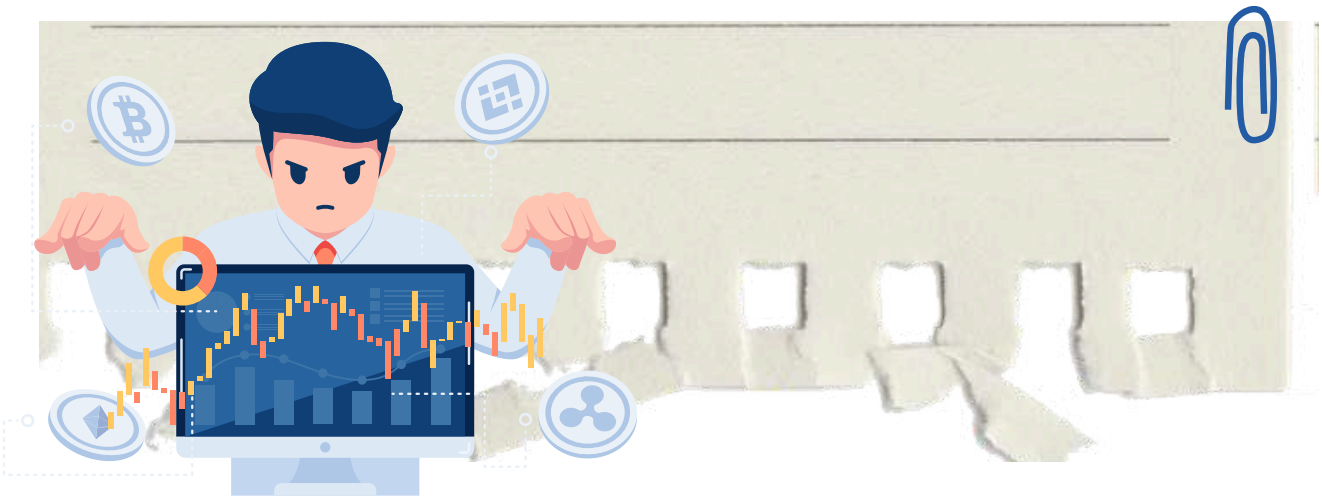
dicas

Se a questão da sua prova requer a classificação dos membros dos Tribunais de Contas com base no entendimento do STF, a resposta inequívoca é que eles são claramente considerados agentes administrativos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observarão, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa ocorre quando **a lei permite não realizar licitação**, mesmo havendo **possibilidade** de **competição**.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os **casos em que a licitação é dispensável**

5️⃣ **Contratações internas e institucionais:**

- Compra de bens/serviços de órgãos públicos criados para esse fim 🏛️
- Intervenção no domínio econômico 💹
- Contrato de programa com ente federativo 🤝
- Transferência de tecnologia para produtos estratégicos do SUS 🏥
- Profissional técnico para comissão avaliadora 🧠
- Associação sem fins lucrativos de pessoas com deficiência ♿
- Instituição brasileira sem fins lucrativos para ensino, pesquisa e inovação 🎓
- Fundação que produz insumos estratégicos para saúde 🧪
- Entidade sem fins lucrativos para cisternas e acesso à água 💧
- Entidade sem fins lucrativos para Cozinha Solidária 🍲

📑 DETALHES IMPORTANTES

- **Valores** → somatório anual por unidade gestora e por objeto semelhante.
- **Consórcios públicos/agências executivas** → limites dobrados.



Preferência: publicar aviso no site oficial por mín. 3 dias úteis para receber propostas.

Preferência: pagamento via cartão de pagamento (extrato no PNCP).



OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA P&D → SEGUEM REGULAMENTO ESPECIAL.



Emergência = manter serviço público + seguir valores de mercado.



clique aqui para conhecer o material completo

SOMENTE PARA AGENTE

memorizai.ai

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE IV



O Patrimônio Líquido é uma medida contábil que representa a situação líquida do patrimônio de uma entidade. Em outras palavras, é o valor restante dos ativos da empresa após a dedução de todos os passivos exigíveis.

- A FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO PL É SIMPLES: **BENS + DIREITOS – OBRIGAÇÕES.**

É importante notar que o PL é, estruturalmente, uma **sobra**. Isso significa que, **dos bens e direitos totais da empresa, são deduzidas as dívidas, o que resulta no valor do capital próprio da entidade.**

- É por isso que o Patrimônio Líquido é frequentemente referido como o **CAPITAL PRÓPRIO da empresa.**
- A teoria da entidade determina que o **patrimônio da empresa é composto pelo Capital Próprio mais o Passivo.**

ESQUEMA PARA MELHOR ENTENDIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS	**PASSIVOS**
Bens + Direitos	Obrigações

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital próprio



O PATRIMÔNIO TOTAL DE UMA EMPRESA É COMPOSTO POR **RECURSOS DE TERCEIROS (PASSIVO) E DOS PROPRIETÁRIOS (PL).**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE V



Com a Lei nº 6.404/1976, também conhecida como "Lei das Sociedades Anônimas", os **ativos e passivos são classificados em grupos** com base nos elementos do Patrimônio que registraram e agrupam-se para facilitar a análise da situação financeira da companhia.

- O Patrimônio Líquido é classificado como **parte do passivo, como uma obrigação da empresa** junto aos sócios.
- A teoria da propriedade justifica essa contabilidade, destacando que o sócio não empresta dinheiro para a empresa, mas sim, **aplica no capital social dela comprando suas ações e espera que ocorra a valorização de seu investimento com o crescimento da empresa.**
- Podemos inferir que o **passivo está dividido em duas categorias: exigível (dívidas com terceiros) e não exigível (dívidas com sócios)**. Para entender melhor este conceito, é importante contextualizar a estrutura do patrimônio no Balanço Patrimonial.





PATRIMÔNIO

ATIVO		PASSIVO	
BENS "Coisas " Tangíveis e Intangíveis	**DIREITOS** "Haveres " A receber ou a recuperar	**Obrigações com terceiros** "Passível exigível "	**Obrigações com os sócios** "Não exigível" **Patrimônio Líquido**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ESCRITURAÇÃO E LANÇAMENTOS CONTÁBEIS VI



- Lançamentos com **mais de uma conta debitada ou creditada serão identificados como "diversos".**

- No entanto, é necessário **apresentar as contas sintetizadas como "diversos"** abaixo do lançamento inicial, com seus respectivos valores e na mesma natureza.

ILLUSTRAÇÃO GRÁFICA DA TEORIA CLAUDIANA

GRUPO DE CONTAS	NATUREZA DO SALDO	IDENTIFICAR	PARA OU QUANDO O SALDO DA CONTA		
		O QUE É	AUMENTA	DIMINUI	
ATIVO	DEVEDOR	BENS/DIREITOS	DEBITA	CREDITA	CONTAS PATRIMONIAIS
PASSIVO	CREDOR	OBRIGAÇÕES	CREDITA	DEBITA	
PAT. LÍQUIDO	CREDOR	RESÍDUO	CREDITA	DEBITA	
RECEITAS	CREDOR	GANHOS	CREDITA	DEBITA	CONTAS DE RESULTADO
DESPESAS	DEVEDOR	PERDAS	DEBITA	CREDITA	
REDUTORA DO ATIVO	CREDOR	AJUSTES	CREDITA	DEBITA	CONTAS REDUTORAS
REDUTORA DO PASSIVO/PL	DEVEDOR	AJUSTES	DEBITA	CREDITA	

HORA DA QUESTÃO

(CESPE/TÉCNICO CONTÁBIL/EBSERH/2018) Para registro dos fatos III e VI, os lançamentos contábeis serão como os apresentados a seguir.

Fato III	**Fato VI**
D – Aluguéis ativos – R$ 2.000	D – Aluguéis a pagar – R$ 2.000
C – Aluguéis a pagar – R$ 2.000	C – Caixa/Bancos – R$ 2.000



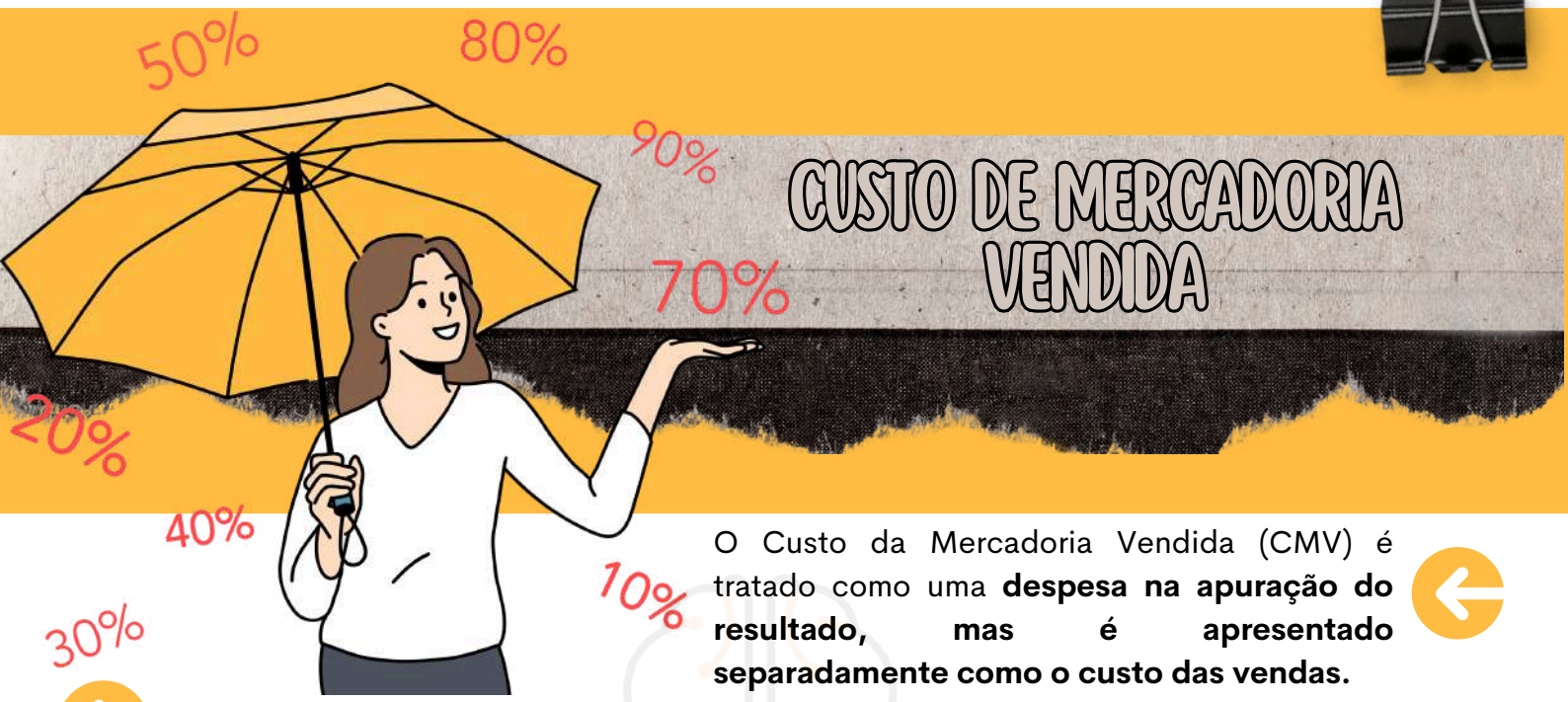
- O FATO III REFERE-SE À APROPRIAÇÃO DE UMA DESPESA, O QUE SIGNIFICA QUE **A EMPRESA ESTÁ REGISTRANDO UMA DESPESA E RECONHECENDO UMA OBRIGAÇÃO COM ALUGUEL A PAGAR.**

- NO ENTANTO, **O REGISTRO FOI FEITO INCORRETAMENTE**. O REGISTRO CORRETO SERIA **D - DESPESA COM ALUGUEL / ALUGUEL PASSIVO C - ALUGUEL A PAGAR - 2.000.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DRE E DRA V



O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) é tratado como uma **despesa na apuração do resultado, mas é apresentado separadamente como o custo das vendas.**

A **superavaliação ou subavaliação dos estoques** afetam diretamente o CMV e, consequentemente, **o Resultado com Mercadorias.**

O valor líquido das compras é **calculado a partir das compras brutas, adicionando despesas que geralmente constam na nota fiscal e subtraindo impostos recuperáveis**, descontos obtidos, devoluções de compras e compras canceladas.

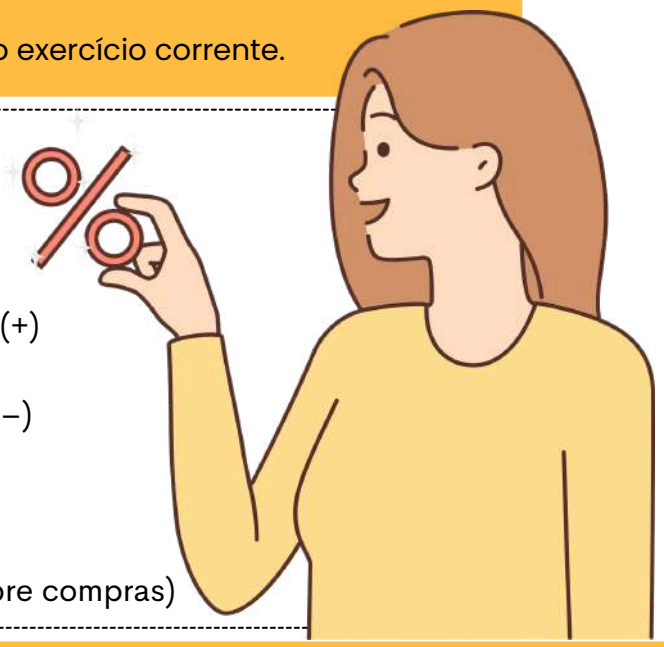
É CALCULADO PELA SEGUINTE **FÓRMULA:**

CMV = Estoque Inicial + COMPRAS LÍQUIDAS – Estoque Final

- O **Estoque Inicial** é o montante apresentado como estoque final no exercício passado.
- **O Estoque Final** é levantado pelo inventário do exercício corrente.

COMPONENTES DA **COMPRA LÍQUIDA**:

- Compras (+)
- Frete sobre compras (+)
- Seguro sobre compras (+)
- Carga e descarga de mercadorias compradas (+)
- Impostos/taxas/tarifas de importação (–)
- Descontos e abatimentos obtidos na compra (–)
- Desconto comercial obtido (–)
- Devolução de compras (–)
- Compras canceladas (–)
- Impostos recuperáveis (ICMS/PIS/Cofins sobre compras)



clique aqui para conhecer o material completo

SOMENTE PARA ESCRIVÃO

memorizai

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

GESTÃO DE DOCUMENTOS VI

PROTOCOLO



O Protocolo é responsável por um conjunto de operações que permitem o **controle do fluxo documental em uma instituição**, garantindo a recuperação e o acesso às informações.

Suas atividades incluem o **recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos.**



O Protocolo assegura que os **documentos sejam adequadamente registrados e encaminhados aos setores ou pessoas responsáveis**. Ele funciona como um ponto central para a entrada e saída de documentos, estabelecendo processos eficientes e seguros.

- No momento do recebimento, os documentos são registrados no Protocolo, geralmente por meio de um **sistema de controle numérico, alfanumérico ou eletrônico**. Essa etapa garante que **cada documento seja devidamente identificado e rastreável ao longo de seu fluxo.**

- Após o registro, **o Protocolo distribui os documentos para os setores ou indivíduos competentes, levando em consideração o assunto e a urgência**. Essa distribuição pode ser feita fisicamente, por meio de malotes ou correspondências, ou digitalmente, por meio de sistemas de gestão eletrônica de documentos.

- Durante a tramitação dos documentos, **o Protocolo acompanha seu progresso, registrando eventuais despachos, anotações ou encaminhamentos**. Isso permite o controle e a monitoração das atividades relacionadas aos documentos, evitando perdas, atrasos ou extravios.

- Por fim, o Protocolo é responsável pela **expedição dos documentos, ou seja, pela sua saída da instituição**. Isso pode ocorrer quando os documentos são enviados para outros órgãos, instituições ou destinatários externos, ou quando são arquivados de forma definitiva.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

GESTÃO DE DOCUMENTOS VIII

ARQUIVAMENTO



O arquivamento é o **ato de colocar os documentos em seu local apropriado dentro do sistema de arquivos**. Envolve a atribuição de um **local físico ou virtual** para cada documento, de acordo com sua classificação e critérios estabelecidos.

EXISTEM DIFERENTES MÉTODOS DE ARQUIVAMENTO, COMO:



- **Arquivamento em ordem alfabética:** Os documentos são **organizados de acordo com a ordem alfabética do nome do assunto, título ou nome do autor**. Isso facilita a localização dos documentos quando se conhece a informação relacionada.



- **Arquivamento por numeração:** Os documentos **recebem um número único de identificação e são organizados em ordem numérica crescente**. Essa abordagem permite uma localização mais rápida, especialmente quando se conhece o número do documento.

- **Arquivamento por assunto:** Os documentos são **agrupados e arquivados de acordo com o assunto principal abordado**. Cada assunto recebe uma pasta ou etiqueta específica e os documentos relacionados são colocados nela. Essa abordagem facilita a busca e recuperação de documentos relacionados a um determinado assunto.



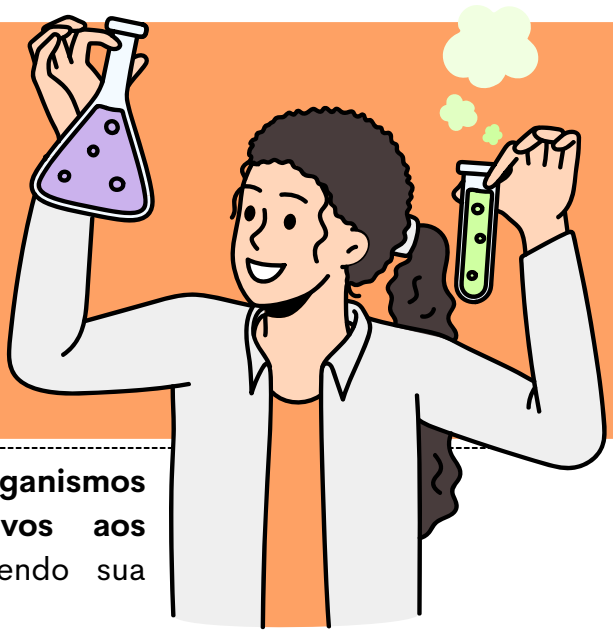


clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO IV

FATORES BIOLÓGICOS



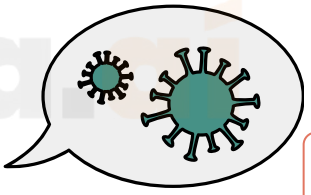
No âmbito da preservação de documentos, o**rganismos biológicos podem causar danos significativos aos documentos ao longo do tempo**, comprometendo sua integridade física e legibilidade.



INSETOS E PRAGAS:

Para manter os documentos em boa condição, é importante estar atento aos danos causados por **insetos, odores e microrganismos**. Eles podem prejudicar o papel ao comê-lo ou excretar substâncias nocivas.

MOFO E FUNGOS:



Além disso, **ambientes úmidos e mal ventilados podem promover o crescimento de mofo e fungos**, causando manchas e outros tipos de danos.

PRÁTICAS ADEQUADAS DE CONSERVAÇÃO:

- **Armazenar em condições ambientais controladas**, com temperatura e umidade reguladas;
- **Utilizar materiais de arquivo de alta qualidade**, como pastas, caixas e envelopes livres de ácidos;
- **Manusear os documentos com cuidado**, evitando tocar o conteúdo diretamente;
- **Digitalizar e fazer cópias de segurança** para reduzir a necessidade de manuseio dos documentos originais;
- **Controlar pragas** por meio de medidas preventivas ou tratamentos adequados;
- **Monitorar continuamente** as condições de armazenamento



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CLASSIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS II



CLASSIFICAÇÃO QUANTO À ENTIDADE MANTENEDORA

A classificação dos documentos segundo a entidade mantenedora diz respeito ao **órgão, departamento, instituição ou entidade responsável** por guardar e gerenciar esses documentos.

É importante lembrar que, dependendo da entidade mantenedora, os documentos podem ser armazenados em locais distintos.

CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS POR ENTIDADE MANTIDA

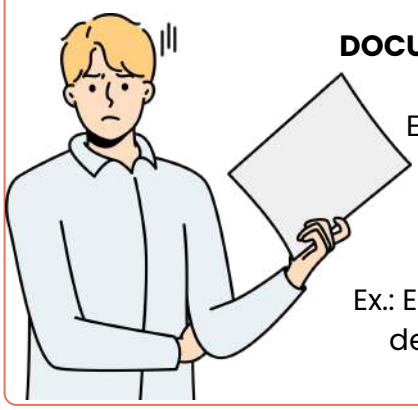
A classificação dos documentos por entidade mantida é importante para **determinar a responsabilidade pela gestão e guarda dos documentos**, bem como para **definir as limitações de acesso.**



DOCUMENTOS PÚBLICOS
podem ser acessados pelo público.
Ex.: Agências governamentais, prefeituras, câmaras legislativas, ministérios, instituições educacionais públicas, entre outros.

DOCUMENTOS PRIVADOS
normalmente têm acesso restrito.
Ex.: Empresas, ONGs, instituições de caridade, instituições de ensino privado, entre outros.





DOCUMENTOS DAS ENTIDADES SEMIFISCAIS/ECONOMIA MISTA
o acesso pode variar.
Ex.: Empresas estatais, empresas públicas, bancos de desenvolvimento, entre outros.

DOCUMENTOS DE ENTIDAS DE TERCEIROS
o acesso pode variar.
Ex.: Empresas de armazenamento de documentos, empresas de gestão de registros, empresas de gerenciamento de informações, entre outros.

CHEGAMOS AO FIM

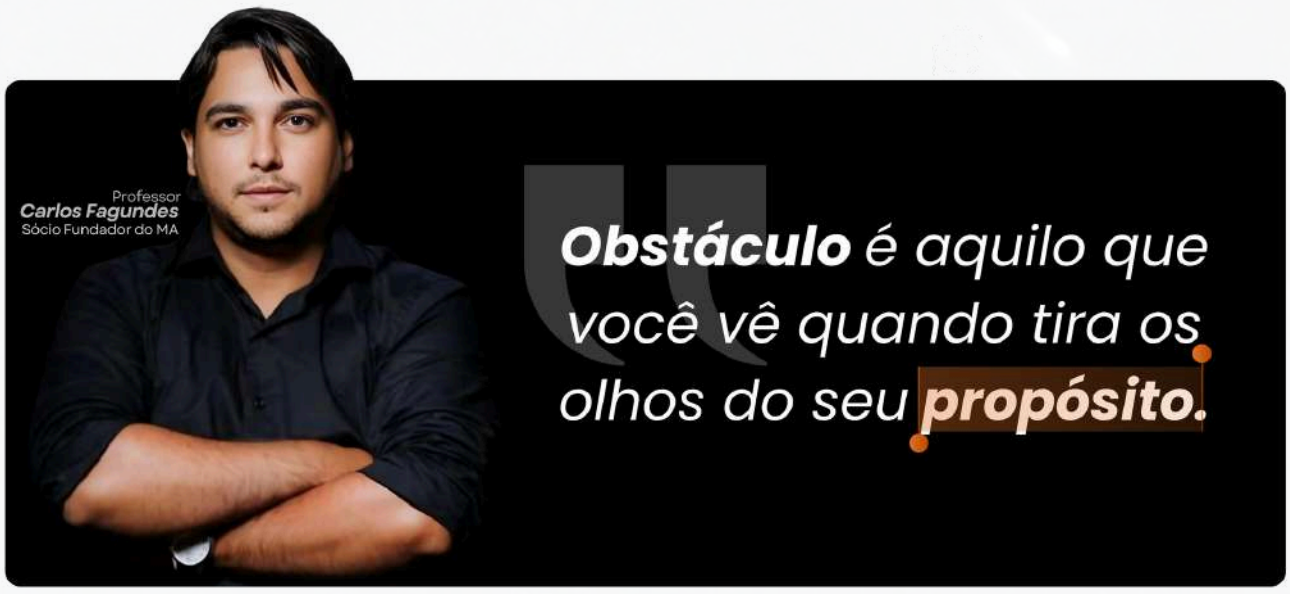
Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **PC/PE!**
Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.aí**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ clique aqui para conhecer o material completo



→ Acesse nosso Instagram